

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES
FACULDADE DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

RAYSSA CRISTINA RIBEIRO MASCARENHA

**ENCENAÇÃO DA IMPARCIALIDADE: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM
NOTÍCIAS SOBRE O EMPREENDIMENTO DA HIDROVIA ARAGUAIA- TOCANTINS
(HAT)**

MARABÁ-PA

2019

RAYSSA CRISTINA RIBEIRO MASCARENHA

**ENCENAÇÃO DA IMPARCIALIDADE: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM
NOTÍCIAS SOBRE O EMPREENDIMENTO DA HIDROVIA ARAGUAIA- TOCANTINS
(HAT)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação do curso apresentado a Faculdade de Estudos de Linguagem (FAEL), Instituto de Letras, Linguística e Artes (ILLA) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras - Português

Orientador: Profa. Dr. Maysa Pádua

MARABÁ-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho

Mascarenha, Rayssa Cristina Ribeiro

Encenação da imparcialidade: análise das estratégias discursivas em notícias sobre o empreendimento da hidrovia Araguaia-Tocantins (HAT) / Rayssa Cristina Ribeiro Mascarenha ; orientadora, Maysa Pádua. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Linguística, Letras e Artes, Faculdade de Estudos da Linguagem, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Marabá, 2019.

1. Análise do Discurso. 2. Semiótica. 3. Linguística. 4. Mídia digital. 5. Hidrovias. I. Pádua, Maysa, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 401.41



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao décimo dia do mês de setembro de 2019, às 15:00hrs, na sala 04 do ILLA, Campus III da UNIFESSPA, realizou-se a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso III da aluna **RAYSSA CRISTINA RIBEIRO MASCARENHA** intitulada **ENCENAÇÃO DA IMPARCIALIDADE: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM NOTÍCIAS SOBRE O EMPREENDIMENTO DA HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS (HAT)**, para obtenção de conceito na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso III. Depois de declarada aberta a sessão, a senhora presidente deu a palavra a aluna e em seguida aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolveram nos termos regimentais. Em seguida, a comissão examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, decidindo atribuir ao trabalho o conceito excelente. À vista deste resultado, **RAYSSA CRISTINA RIBEIRO MASCARENHA** foi considerada aprovada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso III. Para constar Othon Amil de Santiago Sousa Junior, Assistente Administrativo do ILLA, redigiu a presente ata, que vai assinada pelos senhores membros da comissão examinadora.

Marabá (PA), 10 de setembro de 2019.



Profa. Dra. Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli (Orientadora – FAEL/ILLA/UNIFESSPA)



Prof. Dr. Gilmar Bueno Santos (Membro – FAEL/ILLA/UNIFESSPA)



Prof. Dr. Gilson Penalva (Membro – FAEL/ILLA/UNIFESSPA)



Dedico este trabalho a todas as comunidades que resistem/existem ao entorno do pedral do Lourenção



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Maysa Pádua, por toda paciência e humildade, pelo seu jeito gentil e incrivelmente humano de ensinar e construir um conhecimento científico engajado, proporcionando-me subsídios para construir os percursos dessa pesquisa, seja durante as disciplinas quanto nas orientações individuais, nas caronas a caminho de casa.

Agradeço a pessoa que me acompanhou durante a maior parte dessa trajetória da graduação, minha companheira, amiga, amor, Priscila Lima que foi a minha base e apoio, obrigado por todo cuidado, carinho e paciência, por ficar madrugadas discutindo os textos comigo e refletindo, dona das melhores palavras e dos versos mais lindos, sempre me dando forças e me encorajando a seguir os meus sonhos.

As minhas amigas, Sheila Kalline,, Ágila Barreto, Rousily, por toda a assistência que nos deram, pelas conversas e momentos de acolhimento e carinho.

E, aos meus professores, por todo o aprendizado construído durante esses anos, em especial aos professores Gilson Penalva e Gilmar Bueno que me ensinaram a pensar a Amazônia e principalmente compreender a universidade de forma crítica e plural, abrangendo à diversidade. E, também, de forma geral, a todos os professores que tive contato durante os anos de graduação, que se desdobram, orientações, produção de pesquisas, projetos de extensão, ensino, entre outras funções que não caberiam aqui e que ainda foram/são ótimos professores.

Agradeço aos movimentos estudantis e aos movimentos sociais que tive contato na universidade e fora dela, os quais me proporcionaram momentos de aprendizado que nunca teria dentro de uma sala de aula, momentos construídos de forma coletiva, na luta por nossos direitos e indignação com as desigualdades sociais, em ocupações pela luta por uma mobilidade urbana digna ou dizendo não a PEC 55, em acampamentos com os movimentos rurais, dando aulas nos cursinhos populares da região, movimentos esses que me fizeram viver a universidade e entender os conflitos e contradições de nossa região. Como não conseguiria agradecer de forma individual cada pessoa dentro dessas organizações, agradeço em especial a minha amiga Alana Silva, companheira de luta que compartilhou comigo vários momentos dentro da militância. E, também, ao movimento que construo, o MAM (Movimento Pela Soberania Popular na Mineração) e aos meus parças que compartilham comigo o sonho de uma sociedade livre do atual modelo mineral predatório.

Por fim, sou grata a minha família, minha mãe, meus irmãos e sobrinhos, em especial, Rayane Karenina, Ana Gabriele e Rayara Anuska, que sempre me apoiaram e me ajudaram nos momentos mais difíceis, aguentaram todos os meus choros e me abrigaram em inúmeros momentos difíceis durante a graduação, obrigada família!

Agradeço também, a todos, que de uma alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial, Profa. Cristiane Cunha que me apresentou as comunidades que vivem ao entorno do Pedral do Lourenção e tem me ensinado e me apoiado nessa construção. Obrigado a todos que de alguma forma me ajudaram a construir essa história, eu não conseguiria sem vocês.

Namaster!



RIOS SEM DISCURSO

A Gabino Alejandro Carriedo

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.

Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

João Cabral de Melo Neto.



RESUMO

A análise teve como suporte teórico a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2013) por entender ser esta a perspectiva que insere o discurso em uma problemática comunicacional e pragmática, que permite dar destaque à problemática dos sujeitos da linguagem e suas intencionalidades que entram no processo de produção e interpretação do discurso. O discurso é compreendido enquanto encenação dependente de um dispositivo que engloba um circuito interno – dizer – e um circuito externo – fazer – estando o discurso localizado no domínio do fazer. Relacionado aos imaginários sociodiscursivos de uma coletividade, que transitam na sociedade como forma de saberes, de crenças e de conhecimento. São eles que constroem a significação dos objetos do mundo. Levando em consideração as identidades e as relações de força que circulam entre os indivíduos que estão em sociedade (CHARAUDEAU, 2007). O corpus de nossa análise se constitui de cinco textos do domínio discursivo jornalístico, esses que são notícias online, integrantes de diferentes instâncias de produção. Entendemos, assim, a notícia, gênero aqui trabalhado, segundo os pressupostos teóricos de Silva (2007), que considera a notícia a partir de sua função sociocomunicativa, a qual é a de “estabelecer a comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística”. As notícias analisadas, no íterim desta pesquisa, participam do cenário discursivo que ronda o empreendimento da Hidrovia Araguaia-Tocantins, um “grande projeto de desenvolvimento” para Amazônia que visa ampliar a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins. Dessa forma, analisar o tratamento do gênero jornalístico notícia significa perceber que no mesmo instante em que ela é exposta ao público, ela é tratada de forma discursiva ao descrever o que se passou reportar ações, analisar fatos. Processo que perpassa três principais questionamentos: quais são os princípios de seleção dos fatos? Quais são os modos de recorte midiático do espaço social? Como são identificadas as fontes? Que nos serão essenciais para analisar a hipótese aqui proposta, que é o da impossibilidade de um texto do gênero notícia, em princípio, ser pertencente ao campo do narrar e expor fatos sem se comprometer com o que é dito, sem demonstrar a intenção da sua enunciação, o momento sócio-histórico, o posicionamento ideológico e, abrir mão de estratégias enunciativas posto que nenhum discurso esteja isento desses atributos imprescindíveis para a construção da enunciação.

PALAVRAS CHAVE: Teoria Semiolinguística. Mídia. Análise do Discurso. Hidrovia Araguaia-Tocantins.



ABSTRACT

The analysis had as theoretical support Charaudeau's Semiolinguistic Theory (2013) because it understands that this is the perspective that inserts the discourse in a communicational and pragmatic problematic, which allows to highlight the problematic of the subjects of language and their intentionalities that enter the production process and discourse interpretation. Discourse is understood as a dependent enactment of a device that encompasses an internal circuit - saying - and an external circuit - doing - with discourse located in the domain of doing. Related to the sociodiscursive imaginary of a collectivity, which transit in society as a form of knowledge, beliefs and knowledge. It is they who construct the significance of the objects of the world. Taking into account the identities and power relations that circulate among individuals in society (CHARAUDEAU, 2007). The corpus of our analysis consists of five texts of the journalistic discursive domain, which are online news, members of different production instances. Thus, we understand the news, genre worked here, according to the theoretical assumptions of Silva (2007), which considers the news from its socio-communicative function, which is to “establish communication between members of the discursive journalistic community”. The news analyzed, in this research, participates in the discursive scenario that surrounds the venture of the Araguaia-Tocantins Waterway, a “major development project” for the Amazon that aims to expand the navigability of the Araguaia and Tocantins rivers. Thus, analyzing the treatment of the news genre means realizing that at the same time that it is exposed to the public, it is treated discursively by describing what happened reporting actions, analyzing facts. Process that goes through three main questions: what are the principles of fact selection? What are the media clipping modes of social space? How are sources identified? Which will be essential for us to analyze the hypothesis proposed here, which is the impossibility of a text of the genre news, in principle, to belong to the field of narrating and exposing facts without compromising what is said, without demonstrating the intention of its enunciation, the socio-historical moment, ideological positioning and, giving up enunciative strategies since no discourse is exempt from these essential attributes for the construction of the enunciation.

KEYWORDS: Semiolinguistic Theory. Media. Discourse Analysis. Araguaia-Tocantins Waterway.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA E O DISCURSO ENQUANTO PROBLEMÁTICA COMUNICACIONAL E PRAGMÁTICA	14
1.1 <i>Semiotização do mundo, uma problemática de influência.</i>	18
1.2 <i>A informação como ato de linguagem</i>	22
2 METODOLOGIA.....	26
2.1 <i>Constituição do Corpus. Aspirações em prol da navegabilidade do Rio Tocantins e Araguaia</i>	30
2.2 <i>As audiências públicas do Derrocamento do Lourenço.</i>	37
2.3 <i>Procedimentos de análise</i>	38
3. ANÁLISE DO CORPUS.....	40
3.1 <i>Estratégias argumentativas.....</i>	45
3.2 <i>Usos dos articuladores discursivos.....</i>	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS.....	56
A- <i>Demora nas obras do Pedral do Lourenço afeta a economia no Pará.....</i>	56
B- <i>Audiência pública discute projeto de navegabilidade do Rio Tocantins, em Marabá.....</i>	59
C- <i>Obra vai garantir navegação permanente na hidrovia Tocantins-Araguaia.....</i>	61
D- <i>Projeto ameaça Araguaia.....</i>	63
E- <i>Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaça ribeirinhos</i>	67

INTRODUÇÃO

A hipótese aqui proposta é a da impossibilidade de um texto do gênero notícia, em princípio, ser pertencente ao campo do narrar e expor fatos sem se comprometer com o que é dito, sem demonstrar a intenção da sua enunciação, o momento sócio-histórico, o posicionamento ideológico e, abrir mão de estratégias enunciativas; posto que nenhum discurso esteja isento desses atributos imprescindíveis para a construção da enunciação. Para Bakhtin (2003), a intenção é a primeira das características necessárias à produção de qualquer que seja o gênero textual, seja qual for a esfera em que se encontre; similarmente, para Ducrot (1987) a argumentação é inerente à língua.

Dessa forma, primeiramente discorreremos sobre os pressupostos teóricos que integram a nossa pesquisa, que se vincula à corrente francesa dos estudos discursivos, área da Linguística, na qual o caminho que mediará às reflexões sobre a linguagem. Assim, fundamentamos a nossa análise na Teoria Semiociológica de Chauradeau (2013) por entender ser esta a perspectiva que insere o discurso em uma problemática comunicacional e pragmática, que permite darmos destaque à problemática dos sujeitos da linguagem e suas intencionalidades que entram no processo de produção e interpretação do discurso. A TS entende o discurso como um objeto resultante da percepção do mundo, construído pelo processo de semiótica da linguagem, enquanto forma e sentido e da interação social.

No nosso terceiro capítulo, reservado a metodologia, descrevemos o percurso metodológico, descrição do gênero textual notícia e o nosso delineamento teórico a respeito do gênero e descrevemos a cena discursiva em que estão situadas as notícias, tratando do acontecimento da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins que perpassa também o empreendimento do Derrocamento do Pedral do Lourenço. De modo a detalhar os procedimentos de análise realizados nesta pesquisa.

Por fim, no quarto capítulo são expostas as nossas análises, onde observaremos quem são os sujeitos do discurso, como a argumentação se inscreve, não somente na materialidade discursiva (escolha dos termos, deslizamentos semânticos, conectores, valor do implícito etc.), mas também no interdiscurso, modo como o texto assimila a fala do outro pelas numerosas vias do discurso relatado, do discurso direto, ou da citação ao indireto livre

De modo que identificamos como estão organizadas a questão da argumentatividade dentro do gênero notícia, elemento essencial à constituição da enunciação, à estruturação dos enunciados, ao direcionamento argumentativo do texto, à possibilidade de exercer influência sobre as escolhas dos outros, o qual evidencia o posicionamento ideológico dos veículos de comunicação.

Dessa forma, para o início da discussão teórica, faz-se necessário destacar que a pesquisa aqui produzida, se vincula à corrente francesa dos estudos discursivos, área da Linguística, na qual o caminho que mediará às reflexões sobre a linguagem será posto em relação às Ciências Humanas, abordando e trazendo à reflexão as questões de sentido inseridas numa relação entre sujeito, linguagem e história que tem como objeto o (inter)discurso.

A Análise do Discurso, doravante AD, não trata da língua em seu aspecto gramatical, embora, as questões gramaticais lhe perpassem, a AD trabalha o discurso, a palavra-ação, em movimento. “Busca-se interpretar a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico”. A linguagem, nessa perspectiva, é vista como mediadora necessária do homem e a realidade natural e social. Assim, trabalha a língua no mundo, considerando a produção de sentidos e significados enquanto constituintes dos sujeitos e das sociedades (ORLANDI, 2003, p. 15).

A AD emerge do reconhecimento de outros aspectos da linguagem que fogem da dualidade da linguística tradicional em seu caráter formal, ela é constituída pelas suas subjetividades e pelo social que acarretaram em modificações na estrutura dos Estudos Linguísticos. Inicia-se a busca a uma melhor compreensão dos fenômenos linguísticos, não mais centrados na dicotomia língua e fala. Essa nova instância da linguagem que se cria é o discurso, que não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, mas o discurso como produção social, interação, que possui um lugar privilegiado na manifestação ideológica (BRANDÃO, 1995, p. 11).

Nesse panorama, os estudos linguísticos ampliam-se para novas percepções a respeito da linguagem, dando ênfase aos sentidos da enunciação, a linguagem em uso, visando compreender os efeitos de sentido gerados pelos sujeitos sociodiscursivos em suas práticas languageiras. De modo que podemos entender os efeitos de sentido como “um jogo semântico-discursivo gerado pela relação intersubjetiva e pelo contexto sócio-histórico, incluindo os aspectos materiais sobre os quais o processo discursivo ocorre, bem como os aspectos ideológicos” (CORRÊA-ROSADO, 2014, p.2). A amplitude do termo discurso manifestou um

novo olhar e modificações no modo de se conceber a linguagem e a semântica se estendendo ao encontro de outras disciplinas.

Foucault (1979, 2004 e 2009) em seus estudos compreendeu o discurso como dispersão, sendo assim formado por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade ou materialidade. Nessa perspectiva, o discurso é uma prática que decorre do desenvolvimento dos saberes que se compõe como jogo estratégico e polêmico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e que evade ainda como resistência. O discurso é um ambiente de saber e poder articulados, pois quem fala, fala de um determinado lugar, situado a partir de um direito reconhecido institucionalmente e legitimado. Assim, carregado de valia, organizado e gerador de poder. A produção desse discurso gerador é configurada, disposta e difundida por certos procedimentos que tem como papel abolir qualquer prenúncio à permanência desse poder.

Pechêux, um dos grandes estudiosos e pilares teóricos da AD francesa, formula uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, visando uma articulação a partir do que considera que os estudos de Foucault tenham de materialista, com a sua teoria materialista do discurso e a de Fuchs (1975), em sua percepção, construída e embasada no materialismo histórico, teoria das formações sociais e suas transformações; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e; a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos (BRANDÃO, 1995, p. 38).

O autor projeta as duas noções fundamentais e opostas da AD que são: a noção da “base linguística”, que entende a linguagem de forma funcional do sistema linguístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, dotado de uma relativa autonomia, em que o sistema linguístico é regido por leis internas, e a noção de “processo discursivo-ideológico”, as quais se articulam baseando-se nas leis internas da linguagem. Assim, abandona-se, de tal modo, qualquer conjectura de uma discursividade neutra dos sistemas linguísticos, fora de uma afinidade ideológica de classes. Esse conceito é ponderado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação, entendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência do elemento, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias discursivas. Essas distinções nos fazem reconhecer que o processo discursivo, é um processo de produção de sentido. Assim, o discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações, o lugar específico da constituição dos sentidos e da formação discursiva, noção que acompanhada da condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso (BRANDÃO, 1995, P. 38).

Maingueneau (2006 e 2007) entende que não podemos atribuir a AD uma origem exata, pois de veras, existem variadas ADs, de modo que não há um fundador, pois ela se configurou por meio de várias correntes que advêm de diversos lugares. Apesar de a AD manter uma ligação privilegiada com os estudos linguísticos, não podemos considerar simplesmente como uma “linguística da fala”, pois seu desenvolvimento implica não apenas uma extensão dos estudos linguísticos, mas uma nova leitura de uma pluralidade de saberes. A AD nos estudos linguísticos é um campo interdisciplinar que entende a linguagem no que concerne o seu uso por sujeitos sociais em condições sócio-históricas particulares, o discurso, dessa maneira, “designa menos um campo de investigação delimitado do que certo modo de ‘apreensão’ da linguagem: este último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como uma atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (MAINGUENEAU, 2006, p.43).

Como Maingueneau (1997) afirma, o campo da análise do discurso é composto pela diversidade que abarca plurais possibilidades metodológicas. Porém, para essa pesquisa em específico, optaremos por trabalhar com a Teoria Semiolingüística de Charaudeau, por entender ser esta a perspectiva que insere o discurso em uma problemática comunicacional e pragmática, que permite darmos destaque à problemática dos sujeitos da linguagem e suas intencionalidades que entram no processo de produção e interpretação do discurso.

1 TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA E O DISCURSO ENQUANTO PROBLEMÁTICA COMUNICACIONAL E PRAGMÁTICA

As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o constróem do espaço público.” (Charaudeau, 2013, p.15)

A Teoria Semioliológica de Charaudeau, doravante TS, entende o discurso como um objeto resultante da percepção do mundo, construído pelo processo de semiotização da linguagem, enquanto forma e sentido, e da interação social. Assumindo assim, o discurso como encenação dependente de um dispositivo que engloba um circuito interno – dizer – e um circuito externo – fazer – estando o discurso localizado no domínio do fazer. É, também, compreendido o discurso enquanto relacionado aos *imaginários sociodiscursivos* de uma coletividade, que transitam na sociedade como forma de saberes de crenças e de conhecimento. São eles que constroem a significação dos objetos do mundo (CHARAUDEAU, 2010).

A TS posiciona o discurso em uma abordagem interdisciplinar, que estabelece a relação entre os fatos da linguagem, acontecimentos psicológicos e sociais, assim como a ação e a influência, mantendo uma relação estreita com o contexto psicossocial no qual está inserido. Sendo assim, a TS entende o ato de linguagem como produto de um contexto no qual participa um emissor e um receptor distinto, que devido às suas distinções podem dar ao ato uma interpretação particular, atribuindo-lhe sentidos não previsto (CORREA-ROSADO, 2014, p. 3).

Desse modo, na TS deve se levar em consideração as identidades e as relações de força que circulam entre os indivíduos que estão em sociedade, ou seja, analisar o discurso numa problemática da influência social na qual os indivíduos falantes atuam, levando em conta “as atitudes do sujeito-comunicativo face ao seu discurso, face ao mundo que o rodeia (o social) e face ao outro para quem a comunicação é dirigida” (MACHADO E MENDES, 2016).

Um grande nome dos estudos linguísticos Bakhtin, fundador do conceito de dialogismo, compreendeu o discurso como heterogêneo, o qual é envolvido por uma alteridade dialógica e por uma necessidade de agenciamento das sistematicidades dos sujeitos discursivos, os quais se configuram como diversos, conflituosos e inacabados, quando analisados individualmente, como se existissem limites inseparáveis (FARACO, 1996, p.122).

Dentro dessa concepção, o ser humano é inimaginável fora das relações que o ligam ao outro: pois “só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do

outro e com a ajuda do outro”. O autor entende que todo enunciado parte de outro enunciado, toda palavra proferida já fora ditas outras vezes, mesmo inconscientemente, o sujeito sempre que enuncia terá a presença do outro em seu discurso. À vista disso, devemos ao autor a compreensão do discurso como essencialmente dialógico, sendo o dialogismo a condição de sentido do discurso. A tese do dialogismo que evidenciou a presença do diálogo em qualquer discurso, é um dos alicerces em que se baseia a AD, em específico a do discurso argumentativo. Bakhtin, na sua percepção valorizava a enunciação, e assegurava o seu aspecto inerentemente social, onde a fala está intrinsecamente conectada às condições da comunicação que estão sempre ligadas às estruturas sociais (BAKHTIN, apud BRANDÃO, 1998)

Desse modo, a dialogia bakhtiniana é de extrema importância para a teoria do discurso, a qual baseia-se em uma natureza polifônica dos encadeamentos do enunciado de um mesmo discurso. Essa, que se configura na coexistência de um conjunto de proposições orientadas, cada uma delas sendo atribuída a uma voz que é a sua fonte – enunciador. Nessa perspectiva, a linguagem, a interação social é fundamentalmente argumentativa, o sujeito ao produzir seu enunciado passa constantemente aplicando juízos de valor. Sendo que também, a linguagem é carregada de intencionalidade, tentando persuadir o comportamento do outro. Ou seja, o ato de argumentar, busca sempre orientar o discurso (KOCH, 1983, p. 103).

O locutor se posiciona em relação a essas vozes, melhor dizendo, ele se identifica com umas e relega outras. A perda da noção de um sujeito centralizador e estático é substituída por diferentes vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Entendendo que não existe neutralidade do discurso, todo discurso possui uma intencionalidade, e uma ideologia que lhe perpassa.

Authier Revuz (1990) diferencia a heterogeneidade mostrada que inscreve o outro na sequência do discurso, de forma linguisticamente e explicitamente em termos ancorados no interior da linguística que tratam da relação do sujeito no interior da linguagem, da heterogeneidade como constitutiva do sujeito e do discurso, apoiada no discurso como produto do interdiscurso e no sujeito em relação com a linguagem permitida. Nessa percepção, toda a fala é determinada pelo externo, não pelo sujeito, pois o “fora” também determina o sujeito, esse que é efeito e suporte da “maquinaria estrutural”. O discurso se insere assim, como condição constitutiva da existência do sujeito, que diverge da ilusão subjetiva da fala, tratando os sujeitos descentrados, pois constitutivamente no sujeito e no discurso está o outro.

Charaudeau (2010) em sua Teoria Semiolinguística, nos orienta que não existem relações sociais que não estejam marcadas por relações de influências, essas que se encenam na linguagem com um princípio de alteridade (eu e tu). Isso ocorre, pois, a tomada de consciência e de posicionamento de si como um sujeito (eu) implica na capacidade de reconhecer a existência de outro nas suas diferenças identitárias, que são percebidas como uma possível ameaça que provoca estratégias de resolução do conflito pela rejeição ou predação do outro.

Émile Benveniste, um dos responsáveis por romper com uma visão estratificada da língua, traz um alargamento da análise enunciativa estendendo-a a todos os níveis da linguagem. O linguista entende que a enunciação se desenvolve no processo de pôr a língua em funcionamento a partir de um ato individual, “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...]. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (BENVENISTE, 1970, p. 82).

Desse modo, nos estudos da enunciação formulados por Benveniste, assimila-se a noção de subjetividade, nesse processo enunciativo sempre que se estabelece um ‘eu’, também se estabelece um ‘tu’. Sendo essas as pessoas da enunciação, a primeira e a segunda, as quais se diferenciam pelas marcas de subjetividade. Em sua teoria, Benveniste introduz uma percepção subjetiva aos estudos linguísticos, em que o ‘eu’ subjetivo e o ‘tu’ não subjetivo se relacionam. De maneira que “[...] ego (eu) tem sempre uma posição de transcendência em relação ao tu, apesar de nenhum dos dois termos se conceberem sem o outro, pois são complementares e ao mesmo tempo, reversíveis”, o ego, nessa percepção, é o centro da enunciação e a subjetividade se realiza a partir da medida em que se estabelece o ‘eu’ dentro do enunciado (1970, p. 286).

Na relação entre o ‘eu’ e o ‘tu’ constrói-se o ‘ele’ por oposição a essa relação subjetiva, o ‘ele’ é incorporado como a “não pessoa” da enunciação que se constitui fora da relação subjetiva, ou seja, o “ele” é o objeto da enunciação, aquilo sobre o que se enuncia. Dentro do ato enunciativo é ponderado, respectivamente, “o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 1970, p.83). Isto é, a partir do ato individual do locutor que movimenta o aparelho formal da língua, observa-se a circunstância em que esse ato se realiza e, então, apresenta-se as formas e os recursos linguísticos que consolidaram tal enunciação.

Os estudos do sentido da linguagem ganharam relevância desde os estudos de Frege (1982) com a busca do ‘não dito, os implícitos no texto, os pressupostos e os subentendidos. Um dos principais teóricos sobre a temática, Ducrot, em diversas fases de sua produção teórica, abordou a “pressuposição” e o “subentendido” como objeto de questionamento no desenvolvimento dos seus estudos acerca da linguagem. Para Ducrot (1977) a língua só se realiza quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos. Nessa perspectiva, tanto o pressuposto quanto o subentendido são descritos a partir das relações enunciativas propiciadas pela linguagem. Em que o pressuposto se localiza no nível da significação, o componente linguístico e o subentendido no plano da enunciação – componente retórico. Porém, além desses componentes, outros são acrescentados no decorrer dos estudos teóricos, os quais são: significação literal (SL) e; significação implícita (SI).

Koch (2011) ao trabalhar os níveis de significação, os processos de interpretação do discurso, retoma os estudos da estratificação do dizer de Ducrot, Austin, e também de Searle, os quais dedicam os seus estudos aos atos de linguagem, a linguagem vista como ação, os estudos daquilo que se faz quando se fala. Postulando a existência de três níveis: atos locucionários, o ato de dizer a frase; ato ilocucionário, o ato de proferir, executado na fala e; os atos perlocucionários, que diz respeito à intencionalidade da linguagem, os efeitos pretendidos, entre os quais estão o de convencer e o de persuadir. Há o nível explícito, aquele cuja transmissão é apresentada como objeto do discurso, e subjacentes a ele, está o nível implícito que é interno aquilo que o locutor quis dizer.

O objeto de estudo da TS, o ato linguageiro é compreendido como encenação, que abarca uma dupla dimensão, a dimensão implícita e a dimensão explícita, que nos remete ao ato de linguagem de Ducrot. Porém, nessa perspectiva, o ato de linguagem significa não simplesmente pela a sua configuração semiológica aparente, mas para, além disso, pelos conhecimentos que são ativados pelos sujeitos durante os procedimentos de produção e compreensão. O ato de linguagem é o resultado de um explícito, correspondente a configuração semiológica, que remete a linguagem na perspectiva da realização de um signo, construindo uma totalidade discursiva e de um Implícito que advém das circunstâncias de produção/interpretação do ato de linguagem ou circunstâncias do discurso (CORREA-ROSADO, 2014).

Para a TS, a construção do sentido ocorre no decorrer da ação da linguagem, nunca de maneira antecipada. Ela acontece no circuito interno do ato de linguagem que ocorre através

do fenômeno discursivo da enunciação, em que o sujeito se ajusta as formas de sentido para conceber o discurso em um quadro de ação contendo estratégias persuasivas, processo esse chamado de *semiotização do mundo*. Esse procedimento é compreendido a partir da relação entre dois processos: o primeiro *de transformação*, o qual é movido através da ação e das estratégias de influência social do sujeito enunciador que transforma o ‘mundo referencial’ em um ‘mundo significado’ e; posteriormente, *o processo de transação* que abrange o ‘mundo significado’ como objeto de uma troca entre enunciador do ato e o outro sujeito, destinatário desse objeto (Chauradeau, 2010, p.41).

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial ao seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de certo número de parâmetros, que configuram a partir de princípios da linguagem que estão relacionados à enunciação, os quais são: *princípio de alteridade* em que os dois sujeitos da enunciação se desdobram em um processo de trocas de forma interacional numa relação de intersubjetividade, de modo que o olhar que estrutura o acontecimento é duplo e ao mesmo tempo complementar; *o princípio de influência* que define o ato de linguagem como uma relação entre dois parceiros em que um tenta persuadir o outro; *o princípio de regulação* em que é construído como parâmetro para que os parceiros se engajem no processo de consideração do contrato de comunicação, assim também, para que se realizem todos os decursos da comunicação e por último; *o princípio de relevância* implica que exista, da parte dos sujeitos do ato de linguagem, um conhecimento prévio e recíproco das capacidades competências para falarem “sobre” e terem “direito à palavra” (CHARAUDEAU, 1995, p. 99-100).

1.1 Semiotização do mundo, uma problemática de influência.

Faz-se importante destacar que o processo transação é o que rege o de transformação, pois a finalidade primeira da linguagem não é a de descrever, narrar entre outras, mas a de se posicionar em relação ao outro, nessa relação dialógica, primordialmente intersubjetiva, em que “a consciência de si passa pela tomada de consciência da existência do outro [...] - isto é, falando o outro e se falando a si mesmo - que comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo”.

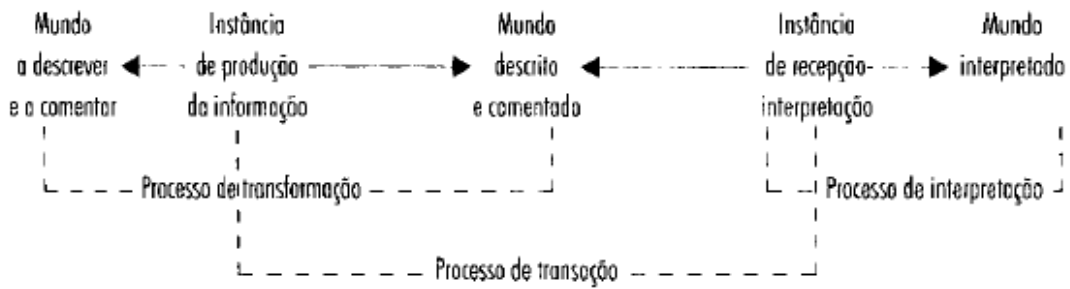


Figura 1: Processo de transação do discurso informativo

Fonte: Charaudeau, 2010, p. 41.

O procedimento de semiotização do mundo abrange vários elementos: o dispositivo comunicativo, o projeto de fala do sujeito que constrói esse mundo, os lugares de pertença dos grupos, os saberes e as visões de mundo que os sujeitos partilham e as circunstâncias de troca.

Tal procedimento nos permite constatar que não existe uma verdade, mas verdades construídas, verossimilhanças, aquilo que se deve crer. Logo, o objetivo da AD não é analisar verdades, mas compreender como se moldam a encenação desse jogo de verdades, como o enunciador “faz crer” o seu receptor, quais as estratégias utilizadas através da encenação discursiva que visam uma tomada de ação ou despertar emoções no seu parceiro (CHARAUDEAU, 2016).

Tratar os atos de linguagem como uma *problemática de influência* requer que nos atentemos para os seguintes questionamentos: quais são os jogos psicológicos e sociais que estão intrínsecos ao ato de linguagem? Quais são os processos linguageiros que participam desse ato de influência?

Os atos de influência indicam que o sujeito enunciador estabelece quatro processos de linguagens: processo de regulação; processo de identificação – construção da imagem de si – *o ethos*; processo de dramatização, ou patemização, *o pathos*; processo de racionalização, *o logos*.

O primeiro trata-se do processo de “fazer contato”, um ato de imposição de sua presença ao outro, por conseguinte, instauração do processo de posições de superioridade/ inferioridade. Posteriormente, a construção da “imagem” do sujeito falante, na busca de trazer credibilidade diante de seu discurso, para que possa ser aceitável ou que o destinatário possa se identificar com a sua pessoa. O processo de patemização abrange a busca do sujeito enunciador em suscitar emoções no outro para que este possa aderir sem resistência a sua encenação. Por último, o

processo de racionalização, que diz respeito à organização que o discurso em sua mecânica é disposto em função de uma finalidade discursiva - narrar, descrever, argumentar entre outros – (CHAURAUDEAU, 2016, p. 5).

Essas estratégias de convencimento de “fazer crer” o seu auditório, estão implicitamente ligadas à argumentação no discurso, o que nos permite analisar a inscrição da argumentação na materialidade linguageira. A retórica argumentativa, fundamentada por Aristóteles e reformulada por Perelman, inscreveu as suas análises voltadas aos discursos políticos e jurídicos, respectivamente. Os estudos dos mecanismos de influência, “voltaram-se em direção ao outro para fazê-lo aderir a uma tomada de posição: que se denomina atividade linguageira de ‘persuasão’” (CHARAUDEAU, 2016, p. 10). Mas, para Charaudeau (2016) a problemática dos mecanismos de influência deve ir além dessas tipologias de discursos, não limitando o seu alcance.

Para Bakhtin (2003), a intenção é a primeira das características necessárias à produção de qualquer que seja o gênero textual, seja qual for à esfera em que se encontre; similarmente, para Ducrot (1987) a argumentação é inerente à língua.

Ruth Amossy (2011) ao tratar da argumentação, entende que a argumentação é inseparável do funcionamento global do discurso. A pesquisadora faz a distinção da intenção argumentativa, da dimensão argumentativa. Em que, a primeira possui estratégias de persuasão programadas e, a segunda apresenta apenas dimensões argumentativas em que a argumentação não está implícita, como no caso das notícias que dizem abarcar certa neutralidade, mas que ainda apresentam mecanismos de persuasão. Sendo assim, compreende-se que apesar da argumentação, ou das estratégias de persuasão não estarem de modo explícito nos gêneros discursivos, como nos de domínio analisados pela antiga retórica, a argumentação está presente em todos os discursos, abarcando as suas dimensões argumentativas e orientando os modos de ver dos parceiros.

Desse modo, dentro dos estudos linguísticos, a argumentação no discurso não se desenvolve no ambiente difuso da lógica pura, mas nas circunstâncias de comunicação em que o locutor expõe o seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos que compreende tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto à pressuposição e o implícito, as marcas da estereotipia, a ambiguidade, entre outras. Sendo assim, é na profundidade da língua que se imprime a argumentação e por meio dela que seu uso se aloja (AMOSSY, 2011).

Trata-se bem de examinar o modo como os humanos interagem e influenciam-se mutuamente, mobilizando todos os meios verbais relativos ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos*; trata-se também de recolocar estas trocas em quadros institucionais e em gêneros do discurso, ainda que a tripartição em jurídico, deliberativo e epidíctico pareça agora sumariamente sintética em relação à grande diversificação dos discursos que circulam no espaço contemporâneo. A investigação, no entanto, é efetivada, temos dito, através de uma abordagem analítica que explora o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. (AMOSSY, 2016, P.169).

Destarte, entendemos que a ampliação das significações do termo argumentação nos direciona a situarmos como constitutivo do discurso, do mesmo modo que a enunciação proposta por Benveniste, em que a utilização da língua por um sujeito falante, ou o dialogismo – o qual postula que toda palavra é sempre uma resposta à palavra do outro, evidenciando os componentes e o funcionamento da enunciação, quando os incorpora no esquema de uma troca entre enunciador e enunciatário. No que lhe diz respeito, a questão da subjetividade foi ponderada em termos discursivos para entender como ela se agrega na língua em seus os valores predominantes (axiologias) e até nas práticas de apagamento enunciativo que tentam atenuá-la.

A razão argumentativa, ponderada na perspectiva de uma problemática da influência, não se situa somente na força do argumento, pois nenhum argumento, nenhuma ideia, tem força em si mesma. Os argumentos postos em determinada enunciação só terão força em determinado momento específico em relação à vista também de seu auditório. Sendo assim, a razão argumentativa dependerá da situação de comunicação, pois todo ato de linguagem é produzido em um contexto que concede instruções de produção e de interpretação do sentido aos sujeitos da troca; o sentido, assim, advém de uma construção compartilhada e, então, o ato argumentativo, obtém sua validade das instruções que vêm dessa situação; o processo de racionalização argumentativo obedece a determinados fatores de “colocação em cena”, fazendo com que a aceitabilidade da argumentação não possa ser questionada a não ser reportando as condições dessa situação. De forma que o processo argumentativo retira a sua força de determinado argumento, e segundo a função que preenche o argumento considerado, de acordo com o olhar dessa apresentação discursiva (CHARAUDEAU, 2016, p. 14).

Assim, é importante considerar que é a situação de comunicação que dá força de validade ao ato argumentativo, é o que permite definir três grandes organizações argumentativas: "a demonstração", "a explicação", "a persuasão". A ordem da demonstração corresponde às situações cuja finalidade incide em "estabelecer uma verdade" – fazer saber/informar; a ordem da explicação diz respeito às situações cuja finalidade versa em "fazer

distinguir uma verdade" já estabelecida – explicar; a ordem da persuasão está no tocante às situações em que a finalidade é "fazer crer". Essa distinção de "gêneros" diz respeito aos “lances” situacionais (CHARAUDEAU, 2016).

Adentro do processo de racionalização da argumentação, há três atividades principais: a de “problematizar”, impor um domínio temático (o proposto) e um quadro de questionamento (proposição), que incide em indagações sobre asserções a propósito do qual o sujeito destinatário é levado a se interrogar sobre: "o que permite fazer essa afirmação?", ou "o que permite apontar essa causa?", ou ainda "o que permite propor essa consequência?"; A atividade de provar é uma prática discursiva que tem o intuito de justificar a escalação do posicionamento. Porém, problematizar e se posicionar não constitui, ainda, todo o ato argumentativo. É necessário que o sujeito enunciador “argumentante” assegure a validade da sua investida de posição e que, concomitantemente, possibilite ao interlocutor os meios de julgá-la, pois é necessário que este último esteja habilitado à tomada de posição ou a renunciá-la (CHARAUDEAU, 2016).

Sendo assim, o ato argumentativo se realiza em uma situação de comunicação normatizada, composta pela perspectiva da troca e pela presença de restrições da encenação, contrato de comunicação e instruções normativas.

1.2 A informação como ato de linguagem

Assim, o ato de informar está dentro do processo de transação em que circula um objeto de saber que não é de completo domínio do destinatário, de modo que, o enunciador tem o objetivo de perpassar esse saber, estando ele encarregado de transmitir e o outro de receber a informação, mas para isso, é necessário que eles compartilhem conhecimentos em comum para ser realizado o processo comunicacional (CHARAUDEAU, 2010, p.41). Dessa forma, o conhecimento perpassado é modificado em relação ao seu estado inicial, pois é interpretado e ressignificado de acordo com as condições subjetivas e psicossociais de seu alocutário.

Dentro desse cenário é fundamental entender que a informação é fundamentalmente um ato de linguagem, tendo suas opacidades por meio das quais é cogente construir explanações, uma leitura particular e subjetiva do mundo. Nessa conformidade, as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, mas elas impõem a sua construção do espaço público.

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos

objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHAURAUDEAU, 2010, p.20).

Nesse esquema, a primeira instância é representada pelo produtor da informação; a segunda, de recepção, pelo consumidor da informação, ou seja, os diversos públicos, leitores, ouvintes e espectadores; e a terceira, o produto e o texto midiático, no caso desta pesquisa, as notícias online.

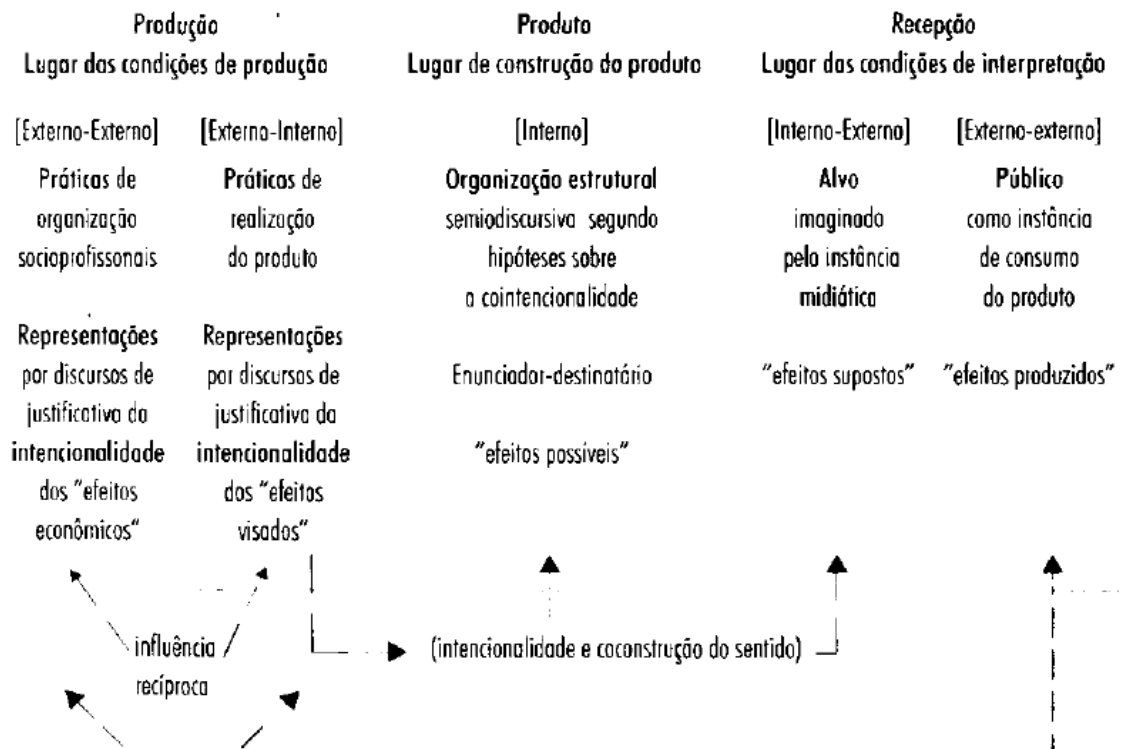


Figura 2 - A máquina midiática e os três lugares de construção de sentido.

Fonte: CHAURAUDEAU, 2010, p. 23.

O lugar das condições de produção é regido por dois níveis de competência: o externo – externo, que engloba as condições socioeconômicas da máquina midiática enquanto empresa, nessa compreensão, sua ação é pautada por práticas que circulam pelos meandros institucionais, onde os autores, os jornalistas precisam pensar e justificar suas práticas, produzindo discursos de representação que abrangem uma intencionalidade orientada por efeitos econômicos. O segundo lugar, o externo – interno, compreende as condições semiológicas da produção, encontra-se o receptor real, o público, a instância de consumo da informação midiática, que

interpreta as mensagens que lhe são dirigidas, alvo das estratégias de persuasão. No circuito interno, as instâncias são construídas através da anunciação, onde se localizam os protagonistas, sujeito enunciador e sujeito destinatário. Ambas as instâncias de produção se correlacionam e exercem influência uma sobre a outra (CHARAUDEAU, 2010).

De modo que as mídias não constituem uma instância de poder em si, pois elas são manipuladas tanto quanto manipulam, em um processo de manipulação e de dominação. Porém, entendemos que, atualmente, as mídias se configuram enquanto uma instância de poder estabelecida, não só por seu papel social ou a quem serve, mas porque assim é interpretada pela sociedade, que a identifica como algo superior, portador/definidor da realidade (e não uma representação desta), revelador da verdade e responsável pela criação das autênticas autoridades dos tempos atuais. Uma construção social da própria mídia que cria símbolos e imaginários em prol do meio económico e cultural ao qual está inserida a serviço da reprodução dessa totalidade (BRITOS & GASTALDO, 2006).

Assim, compreendem-se as condições de produção desses espaços depende de uma problemática sociodiscursiva que permita estudar as práticas da máquina, informando e relacionando os discursos que as justificam. De modo que se busca discernir como é acionada uma semiologia da produção, ou seja, uma semiologia do fazer da instância de enunciação cuja busca não diz respeito aos efeitos possíveis da construção do produto, nem aos efeitos realmente produzidos sobre o receptor, o que se espera de fato são os efeitos esperados por tal instância.

Desse modo, o lugar das condições de recepção se estrutura de forma semelhante às de produção, interno-externo e externo-externo. No primeiro encontra-se o destinatário ideal, o público-alvo da instância midiática. No segundo, se situa o receptor real, o público, a instância de consumo da informação midiática, que lhe interpreta as mensagens que lhe são dirigidas segundo as suas próprias condições de interpretação.

O lugar de construção do produto é um lugar de restrições, em que todo o discurso se configura em texto, segundo uma organização semiodiscursiva feita de combinações de formas e outras de diferentes sistemas semiológicos. O texto produzido é portador de efeitos possíveis, que surgem dos efeitos visados pelas instâncias de enunciação e dos efeitos visados pela instância de recepção. Desse modo, o sentido é o organizado na estruturação dessas formas cujo entendimento pelo receptor é necessário para se efetuar a troca comunicativa, constituindo o sentido dentro de um processo de *cointencionalidade*. Porém, o destinatário, a instância midiática, só poderá imaginar o receptor de maneira ideal, dentro dos **imaginários discursivos**,

construindo-o destinatário como alvo do que acredita ser adequado as suas intenções. De outro modo, a instância de recepção, o público-alvo, constrói os seus próprios efeitos de sentido, que dependem das suas condições de interpretação (CHARAUDEAU, 2010, p. 60).

Por conseguinte, toda análise do texto, nada mais é do que a análise dos possíveis interpretativos, ou seja, dos efeitos de sentido possíveis. Ao analisar o produto acabado, deve-se ter uma problemática semiodiscursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob o enfoque que será examinado os sentidos provenientes da estruturação do texto e os cursos de representação, tanto os que circulam no lugar de produção quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção.

Dessa maneira, o contrato de comunicação midiática, formulado por Charaudeau (2010), constitui-se como um quadro de limitações no qual se organiza a encenação do discurso de informação. Organizandose dentro do compasso do duplo objetivo, de credibilidade, ‘fazer crer que o que é dito é verdade’, que envolve atingir o *ethos e logos*, e de captação, “*tentativa de suscitar afetos no auditório*” que envolve o *pathos*, as contenções no tocante a posição das instâncias de comunicação e à captura do acontecimento, compelem um modo de distribuição do discurso e um ordenamento temático.

2 METODOLOGIA

Havia uma pedra no meio do caminho ao progresso, essa pedra chamava-se povo, chamava-se comunidade. (Priscila Lima, 2015).

A pesquisa aqui apresentada é de cunho qualitativo, pois envolve uma abordagem interpretativa do mundo, foi desenvolvida a partir da exploração bibliográfica de livros e artigos científicos, diversas literaturas pertinentes ao estudo e discussão teórica, concomitantes a exploração documental para a construção do nosso *corpus*.

O *corpus* de nossa análise se constitui de cinco textos do domínio discursivo jornalístico, esses que são notícias online. Entendemos a notícia, gênero aqui trabalhado, segundo os pressupostos teóricos de Silva (2007), que considera a notícia a partir de sua função sociocomunicativa, a qual é a de

[...]estabelecer a comunicação entre os membros da comunidade discursiva jornalística e leitores de jornais e revistas, através da divulgação de fatos e acontecimentos novos ou mais remotos (tanto no âmbito regional quanto no nacional e mundial), informando a população sobre algo ou alguém; refletindo assim, a ação social dos jornalistas que se referem ao compromisso ético e profissional de transmitir informações (p. 99).

Nessa perspectiva, considera-se a “reportagem enquanto uma notícia, porém, mais elaborada” (SILVA, 2007, p. 99).

Na literatura comunicacional (textos teóricos e manuais de jornais) não há esclarecimento da diferença entre notícia e reportagem e os dois termos são tomados como sinônimos, conforme constatamos em Bonini (2003, p. 4): “[...] ainda são pouco conhecidos em termos acadêmicos, os mecanismos linguísticos/sociais que caracterizam estes gêneros textuais (jornalísticos). (Mesmo a distinção entre notícia e reportagem não é clara)”, “[...] estes manuais tomam a notícia e a reportagem como mesmo gênero ou uma pela outra. (SILVA, 2007, p. 100).

Sendo assim, a notícia é caracterizada pelo relato de um fato ou um acontecimento novo contemporâneo ou remoto. Outra característica é o conteúdo temático que está relacionado ao EP (Evento Principal) que por sua vez, realiza o tipo narrativo, já que o relato do evento só pode se dar por meio do narrar (SILVA, 2007, p. 101).

Por conseguinte, entendemos que a notícia é um dos gêneros que circulam na esfera midiática, veiculada e divulgada em meios jornalísticos. Na generalidade se constitui como um enunciado da ordem do relatar, organizado de forma particular, com a finalidade primeira de

ser claro, imparcial e esclarecedor dos acontecimentos sociais, algo totalmente improvável para autores como Koch (2011) e Amossy (2011), que veem a argumentação como inerente à língua. Assim, como circula na sociedade, a notícia não está alheia a ideologias, uma vez que é dialógica e circula na e para a sociedade em um momento sócio-histórico marcado.

A notícia, assim, possui estrutura bem definida, quanto à forma e conteúdo, mas tanto a forma como o conteúdo sofrem modificações conforme o suporte, no caso aqui analisado, as notícias estão situadas no suporte¹ digital, onde há maior facilidade na atualização do conteúdo, no armazenamento da informação/distribuição dos conteúdos, na interatividade de seus usuários e também no baixo custo de produção (BARONI; ROSA; MANSUR e BACELAR, 2013).

Destarte, estrutura-se uma determinada **construção da notícia** que trará a informação de acordo com certos modos discursivos em função dos dispositivos pelos quais ele passa. O destinatário, o sujeito informante, poderão utilizar estratégias argumentativas em razão dos “desafios de credibilidade” e de “captação” que escolherá para si. Segundo Charaudeau (2010) a linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de *discurso*, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. Assim, pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação.

Sendo assim, o espaço social, que também é o espaço da enunciação, é uma realidade empírica, heterogênea, que depende para a sua significação de um olhar externo lançado sobre si, dos diferentes atores sociais, através dos discursos produzidos, que constitui as suas subjetividades, para assim, se tornar inteligível. De modo que se faz necessário encaixar os acontecimentos em discursos de inteligibilidade do mundo, esses que apontam para sistemas de valores, crenças que caracterizam os grupos sociais, ou seja, *‘os acontecimentos não significam em si, eles só significam dentro de um discurso’* (CHARAUDEAU, 2010).

¹ É uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003, p.3); “Essa concepção possui três aspectos: 1) suporte possui uma materialidade, 2) um formato específico, 3) serve para fixar um texto e torná-lo acessível” (SILVA, 2007, p.57).

Entendendo que a notícia, dentro dessa perspectiva teórica, define-se como um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado. O caráter de novidade não quer dizer que seja inédito, mas uma nova face da temática, um novo olhar empregado sobre o objeto que expõe um novo elemento que se supunha desconhecido ou não do grande público (CHARAUDEAU, 2010).

O tratamento da notícia significa que no mesmo instante em que ela é exposta ao público, ela é tratada de forma discursiva ao descrever o que se passou reportar ações e analisar fatos. Processo que perpassa três principais questionamentos: quais são os princípios de seleção dos fatos? Quais são os modos de recorte midiático do espaço social? Como são identificadas as fontes?

O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. [...] é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. O acontecimento significado nasce num processo evenemencial que, como vimos, se constrói ao término de uma mimese tripla. E daí que nasce o que se convencionou chamar de “a notícia” (CHAURAUDAU, 2010, p.132).

Desse modo, Charaudeau define a notícia como um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático (inscreve-se em certo domínio do espaço público), tendo um caráter de novidade, que não necessariamente quer dizer que nunca tenha sido comentado, mas que existe um novo elemento que era desconhecido do público. Esse acontecimento é proveniente de uma determina fonte que poderá ser diversamente tratada. A fonte da notícia é a instância que relatará o acontecimento, em que é fundamental para a credibilidade da notícia, que será avaliada segundo a natureza da fonte. No tratamento da notícia, entende-se que ela é tratada a partir de uma forma discursiva que consiste em descrever o que se passou, reportar as ações e analisar os fatos.

A hierarquização dos acontecimentos é feita a partir de critérios externos e internos. Sendo que o primeiro está voltado para a maneira como o acontecimento surgiu, o qual pode ocorrer de três modos, de forma inesperada, de forma programada ou suscitada (provocado). Já, os critérios internos se referem às escolhas que a mídia faz seguindo o **princípio de**

saliência, de selecionar e diferenciar colocando marcas no *continuum*, ou seja, são escolhas feitas a partir do que deve emocionar ou não o público. Esse aspecto remete à seleção do acontecimento, as mídias ao tratarem um fato e noticiá-lo, ignoram outros demais acontecimentos não os levando ao conhecimento do público. Dessa forma, elas determinam e hierarquizam a relevância dos acontecimentos em cima dos seus próprios interesses (CHARAUDEAU, 2010, p.44).

O acontecimento pode ser dividido em três pontos, que podem ter associações entre si ou não. A essa repartição Charaudeau (2010) denomina de **modos de organização do discurso de informação**. Sendo eles: relato, comentário e provocação do acontecimento. O acontecimento relatado é a primeira forma da notícia, a qual compreende duas ações: relatar um fato e relatar um discurso. O acontecimento relatado será objeto de uma descrição, explicação e reações. Segundo o autor, descrever um fato depende “de seu potencial diegético” e também uma “encenação discursiva” pelo sujeito que relata.

A explicação dos fatos se dá através do sujeito enunciador em uma tentativa de “dizer o que motivou, quais foram as intenções de seus atores, as circunstâncias que o tornaram possível”. Entretanto, essas explicações não podem ser “confundidas” com aqueles presentes no acontecimento comentado. Estas explicações não devem ter comentários.

As declarações orais podem ser incluídas no que o autor denomina de “dito relatado”. Relatar um discurso teria a função de comprovar um fato. Tal prova pode ser de autenticidade, responsabilidade ou verdade. Outro momento do acontecimento é quando este é comentado. Segundo o autor, trata-se de uma atividade discursiva que complementa o relato. Para comentar, é preciso argumentar, e isso, pode ser feito por meio de três ações: problematização, elucidação e avaliação. A primeira trata de questionar os fatos e argumentar. Elucidar diz respeito ao modo como o enunciador esclarecerá o que está oculto. Avaliar é posicionar-se perante o acontecimento, expor a opinião.

O último momento do acontecimento é a provocação. Para Charaudeau (2010), as mídias não se contentam em somente relatar e comentar os acontecimentos, elas contribuem também para realizar debate no espaço social. O autor fala em três formas de encenação do acontecimento provocado. A primeira diz respeito à fonte, que deve ser sempre de fora das mídias, justificada pela identidade, ou seja, se é especialista, testemunha, etc. E deve dizer respeito a um tema de atualidade. A encenação dessa provocação deve ser feita em um espaço de visibilidade da mídia e apresentada por um representante (jornalista, entrevistador).

Entendemos que o uso da linguagem pressupõe sempre informações implícitas. Para efetuar o processo de leitura das notícias aqui analisadas, é necessário que o auditório compartilhe conhecimentos com o autor sobre os trâmites das obras da hidrovía Araguaia-Tocantins, que perpassa o derrocamento do Pedral do Lourenção. O leitor também deve possuir conhecimentos históricos e geográficos do desenvolvimento da região, principalmente, dentro dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia. De forma, que o nosso auditório sempre espera um texto dotado de sentido. Por esse motivo, o alocutário a partir da informação expressa no texto e do apelo se seus conhecimentos prévios constrói uma apresentação mental coerente.

2.1. Constituição do Corpus. Aspirações em prol da navegabilidade do Rio Tocantins e Araguaia

As notícias analisadas, no íterim desta pesquisa, participam do cenário discursivo que ronda o empreendimento da Hidrovía Araguaia-Tocantins, um “grande projeto de desenvolvimento” para Amazônia que visa ampliar a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins. Desse modo, para que se possa entender a análise aqui proposta, traremos um quadro comunicacional e sócio-histórico das aspirações em prol da navegabilidade dos dois rios.

O desejo de potencializar a navegação do rio Tocantins e Araguaia não é algo recente, podemos encontrar, na literatura regional, relatos históricos que evidenciam o desejo de viajantes e colonizadores de tornar esses rios navegáveis. Um dos principais documentos sobre essa região é ‘A viagem ao Tocantins’, publicada em 1945, do médico sanitário e psiquiatra brasileiro, Júlio Paternostro.

Como todo rio que nasce em solo brasileiro, tem a característica de não ser inteiramente navegável. Um barco que sulque o Atlântico encontrará caminho livre no Tocantins até onde alcança a maré – O povoado de Alcobaça. Daí em diante, as rochas metamórficas e eruptivas, formadoras de corredeiras, rápidos e travessões impedem a viagem franca. [...] O represamento das corredeiras, a abertura de canais, o aperfeiçoamento das ligações naturais com a bacia do São Francisco e a do Prata transformarão, algum dia, o Tocantins na grande aquaviária do Centro do país. As cargas que andam em suas águas são as mesmas de há dois séculos: de descida – couros, de subida - sal. Ultimamente, acrescentaram-se babaçu, castanha e minérios na descida e tecidos e ferragens na subida (PATERNOSTRO, 1945, p.56).

O autor retrata os aspectos culturais, étnicos, as condições de saúde da população e aspectos geográficos, descrevendo com detalhes as ‘traíçoeiras’ corredeiras do rio Tocantins e

as dificuldades de navegação. É relatada no livro uma das primeiras tentativas de ‘desempedir o Tocantins dos pedrais’, feita pelo Capitão-Tenente da Armada Paraibuna dos Reis, em 1864, o qual envia para o General Couto de Magalhães (Intendente do Pará na época), um plano detalhado de como retirar as pedras que atrapalham a navegação entre Itupiranga e Tucuruí (na época Alcobaça), e assim, viabilizar uma hidrovia que favorecesse o tráfego de embarcações no rio Tocantins, com o intuito de potencializar a exportação dos recursos naturais da região.

Mas de fato, o projeto que tem como objetivo tornar navegável o rio Tocantins e Araguaia, potencializou-se na década de 1960, com articulações para a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins que visa interligar o norte do país ao centro-oeste por meio de vias fluviais. Situado entre as estratégias que visam o ‘desenvolvimento’ para a região Amazônica, sendo que a ponta de lança para a entrada desses projetos de desenvolvimento na Amazônia foi a ditadura militar imposta ao Brasil em 1964.

O período ditatorial foi o responsável por organizar o padrão de um projeto mundial reprodutivo na Amazônia brasileira, proporcionando a instalação dos **grandes projetos de desenvolvimento** no espaço amazônico. Na época, o Estado foi quem organizou o processo migratório e, além disso, financiou o deslocamento dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. O discurso de Integração Nacional, de interligar a região norte ao resto do país, tinha fundamentos no prolongamento da nova fronteira produtiva. Dessa forma, o Estado e o capital nacional e mundial uniram-se com táticas que impossibilitaram quaisquer outras possibilidades de inclusão e participação local, dando ênfase aos interesses estadunidenses diante da política de preservação do modelo capitalista. Esse conjunto articulado, que toma conta e organiza o novo espaço de reprodução ao seu modo, com apuradas habilidades de intervenção no meio ambiente e articulação de mecanismos “de expropriação do homem por meio do próprio homem”, foram voltados para “a nova acumulação e pautados por um projeto de alongamento da fronteira expansionista”, intervindo nas relações locais, desapropriando propositadamente homens, mulheres e crianças do seu habitat social (PICOLLI, 2012 p, 7-77).

No I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-4), no item referente à “Estratégia e Grande Espaço Econômico” aparece formulado o princípio de que a “estratégia de desenvolvimento regional consistirá, especialmente, na política de integração nacional, em sentido amplo”. A partir de 1966, através de uma série de leis federais, o governo brasileiro investiu no desenvolvimento da Amazônia com incentivos fiscais com descontos exorbitantes, de 100% a 50% nos impostos de renda devidos por empresas, desde que esses recursos fossem

investidos em empreendimentos na região. Com o objetivo de estabelecer a posse do território, possibilitando a exploração dos recursos naturais, vegetais e animais, visando o desenvolvimento agropecuário e industrial, o projeto, construído pela SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1959), é denominado “Operação Amazônica” (MIRANDA NETO, 1991, p. 73- 81).

A primeira fase de apropriação da região amazônica² ocorreria de acordo com a orientação de fluxos viários. Desse modo, o eixo Belém-Brasília fora apossado por fazendas de gado e ocupado por meio de “colônias” agropecuárias, fazendo com que a Amazônia Oriental fosse a primeira área amazônica a ser “integrada”, ou seja, ligada ao Centro-sul e a Belém, tornando-se uma “bacia de mão de obra nordestina” (BECKER, 1982). Porém, à medida que o eixo Belém-Brasília foi sendo apossado, deu-se início a uma *segunda etapa* de “integração” da Amazônia à economia nacional, marcada também pela ocupação mediante processo de “colonização” (ALBUQUERQUE BONFIM, 2010, p. 13-33,).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) afirma a “necessidade” de tirar proveito da infraestrutura regional implantada pelo I PND e seus complementos, para que se efetivasse a estratégia de “integração”, com base na utilização dos eixos naturais de penetração para a Amazônia e Centro-Oeste. No documento, também, já se pensava a construção de vias navegáveis. No oitavo capítulo, ‘*Seção de Políticas de Energia*’ (p.65) ressalta-se a política de deslocamento progressivo do transporte de grandes massas para os setores ferroviários, marítimos e fluviais.

Por conseguinte, o investimento desenfreado na região amazônica, principalmente, nos setores industriais primários, fez com que fosse necessária a implantação de grandes centros de pré-processamento e o elemento vital para essa atividade era a energia elétrica. Dessa forma, para atender a essa enorme demanda de energia criada pela necessidade de exportação de metais, traçou-se um plano de aproveitamento energético, entre eles a usina hidrelétrica de Tucuruí (UHE), construída no período de 1974 a 1984, demandou dez anos ininterruptos de destruição da natureza, tornando os impactos imensuráveis que persistem até hoje (ALBUQUERQUE BONFIM, 2010, p.19).

2 Regida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – por fonte do documento.

O projeto de navegabilidade dos dois rios foi retomado na década de 80, e desde lá vários esforços têm sido empregados para a sua concretização, dentre eles, os projetos que visam o derrocamento dos pedrais ao longo do rio Tocantins e do rio Araguaia. (ALMEIDA, 2016)). Em 1995, a empresa responsável pela administração das hidrovias de águas interiores (Administração da Hidrovia do Tocantins e Araguaia- AHITAR) entregou ao IBAMA a primeira versão do Estudo de Impacto de Ambiental (EIA) como requisito para a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Por obstruções judiciais o EIA foi revogado, por conseguinte, interrompeu-se o processo de construção da hidrovia. Sendo assim, um novo EIA foi entregue ao IBAMA em 1999, que mais uma vez manifestou incongruências, que foram detalhadas copiosamente no Relatório do Painel de Especialistas promulgado pela Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural – CEBRAC, dentre as inconsistências estavam na supressão de trechos do EIA que aludiam sobre os impactos as comunidades indígenas que têm a sua territorialidade na Ilha do Bananal, impactos esses que interfeririam na mortalidade das aldeias devido à interferência direta dos rios, sendo o rio de grande importância para os indígenas, principalmente no que se refere ao uso desse recurso para a agricultura e usos domésticos, na segurança alimentar das comunidades e nas tradições que são conservadas e repassadas (CORREIA, 2017).

É importante ressaltar que a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins integrava os planos de ação do Programa Avança Brasil, do governo de Fernando Henrique Cardoso , Partido da Social Democracia Brasileira (1995 -2003) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos de Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016) do Partido dos Trabalhadores. Mas, é no governo do PT que novamente o projeto ganha força com o início de uma das fases planejadas e executadas para este fim que foi a construção das Eclusas de Tucuruí, inaugurada em 2010, quase trinta anos após a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (UHE).

Com novas estratégias para a execução do empreendimento, o processo foi registrado no IBAMA pelo DNIT, em 2013, denominado “*Licenciamento da dragagem, derrocamento da via navegável Tocantins, n° 02001.000809/2013-80*”, para subsidiar o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em dezembro de 2013, o IBAMA lançou o Termo de Referência da obra, explicitando as diretrizes para o processo de licenciamento da dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins (idem).

Entre 2014 e 2015, o processo licitatório para derrocamento e dragagem do Tocantins foi adiado por quatro vezes. Em 19 de outubro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União o “*Aviso de Licitação para contratação integrada de empresa para a elaboração dos projetos básico e executivo, das ações ambientais, bem como a execução das obras de derrocamento para a implantação do canal de navegação na região dos pedrais (Pedral do Lourenço) da hidrovia do Tocantins, no estado do Pará*” (DOU, 2015a(DOU, 2015)(DOU, 2015)(DOU, 2015), Sessão 3, p. 163) (idem)

Em 16 de fevereiro de 2016, por meio de RDCI (Regime Diferenciado de Contratação Integrada), a empresa DTA Engenharia LTDA, que apresentou proposta orçamentária no valor de R\$520,6 milhões, foi a ganhadora do certame. Em 18 de junho de 2016, a ordem de serviço da Derrocagem do Pedral do Lourenço foi assinada em Itupiranga com a presença do Ministro de Transportes, Portos e Aviação Civil (Maurício Quintella) e do, na época, Ministro de Integração Nacional, Helder Barbalho (idem).

No edital de licitação das obras, edital de nº 0449/2015-00, a extensão da obra descrita no documento é de aproximadamente 43 km, entre a Ilha do Bógea à Santa Teresinha do Tauiri (DNIT, 2015. p. 5). Porém, neste ínterim, a extensão real das obras é de aproximadamente 300 km. Pois, mesmo que os documentos oficiais sobre a referida obra coloquem como destaque que apenas o trecho “Ilha do Bógea à Santa Teresinha do Tauiri” como afetado pelas obras, é necessário destacar que toda a extensão do rio Tocantins entre Marabá a Vila do Conde passará por modificações (CORREIA, 2017).

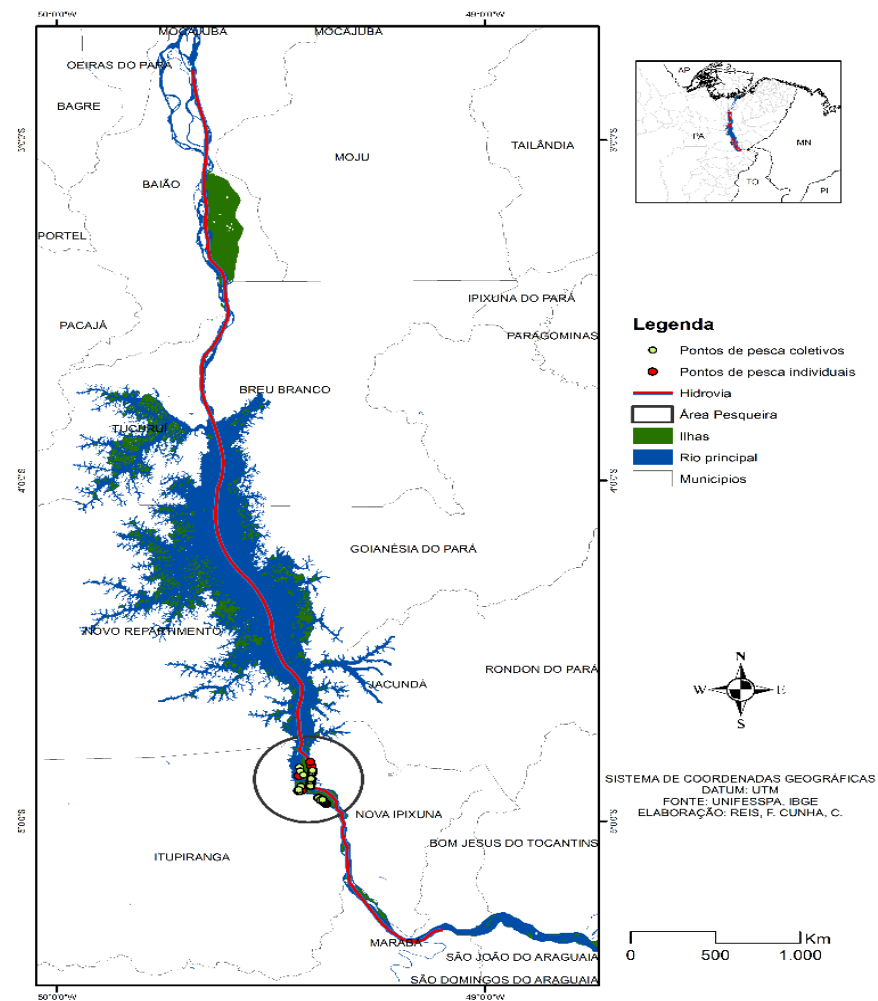


Figura 3: A localização da via a ser dragada e derrocada para a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins em uma extensão de 300 km entre Marabá a Baião (linha vermelha) e a localização dos espaços aquáticos utilizados pelos pescadores da Vila Santo Antoninho e Vila Santa Teresinha do Tauri no município de Itupiranga (destaque em círculo), Estado do Pará, Brasil. Fonte: Reis e Cunha, 2017.

No dossiê construído por Iara Correia (2017) são constatadas mudanças nas estratégias no processo de licitação desses grandes projetos, inicialmente, eram integradas para os dois rios, mas por inconsistências no EIA/RIMA apresentados, anteriormente, foi cancelado judicialmente em 1999. Atualmente, as estratégias dos grandes projetos sofreram modificações, optou-se por fragmentar os processos de licenciamento por trechos entre o rio Araguaia e rio Tocantins e dentro de cada um, fragmentá-los em sub-trechos.

Dessa forma, refletindo que a Hidrovía Araguaia-Tocantins atinge três setores distintos, sendo eles: rio das Mortes, rio Araguaia e rio Tocantins, que serão impactadas com obras de

dragagem para o aprofundamento do canal e derrocagem em áreas de pedrais, a extensão real dos impactos abrange cerca 2.200 km, acrescidos de mais de 300 km do trecho entre Marabá a Vila do Conde (ALMEIDA, 2016 p. 45). À vista disso, a área afetada equivalerá a uma dimensão com cerca de 2500 km de impactos na bacia Araguaia-Tocantins. De modo que, esse será um projeto de grande magnitude que afetará diretamente os recursos públicos, sobretudo, a dinâmica social e cultural dos povos tradicionais ribeirinhos, a qualidade de vida da população, a geração de renda das atividades econômicas locais. Dessa forma, esses impactos socioambientais não serão distribuídos de forma pontual, mas alcançarão toda a bacia dos rios Araguaia e Tocantins.

Sendo assim, o discurso de mitigação, de que será apenas um pequeno trecho afetado, sem grandes modificações, que ocorrerá em aproximadamente 43 km, é uma estratégia com o intuito fragmentar as informações e, também, fragmentar o processo de licenciamento da obra e evitar entraves judiciais como os de 1999.

Correia (2017) destaca que no setor entre Ilha do Bógea e Santa Teresinha de Tauri (43 km) não há comunidade indígenas ou quilombolas. Sendo essa uma estratégia de licenciar a obra por trechos, iniciando nos setores considerados menos problemáticos a nível social, tem sustentado a continuidade do empreendimento, burlando parâmetros jurídicos. Porém, se fosse considerado o componente do rio Tocantins, no trecho entre Marabá à Vila do Conde, o empreendimento impactará diretamente terras indígenas e comunidades quilombolas que estão situadas à jusante da Hidrelétrica de Tucuruí, além das comunidades ribeirinhas que estão situadas ao longo do canal a ser dragado e derrocado.

Além do mais, a continuidade do projeto muitas vezes é justificada pelo grande aporte financeiro já empregado nas primeiras etapas, com a eclusa de Tucuruí, apesar de ter sido construída antes mesmo da construção do canal. Desta forma, cria-se um discurso apelativo sobre o uso dos recursos públicos para viabilizar a continuação do projeto inicial.

Outro argumento posto é em relação à viabilidade financeira do projeto quando comparada com os meios de transporte rodoviário e ferroviário. Entretanto, a Fundação CEBRAC contesta os dados apresentados sobre a viabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins, uma vez que as análises realizadas para o respectivo projeto levam em consideração apenas a construção da obra em si, mas não calculam os gastos em relação a infraestrutura necessária para sua operacionalização, como a construção das estradas que fariam o elo entre os portos e desconsideram a própria criação deles, os quais devem ter uma capacidade estrutural para

atender as demandas de carga e descarga das embarcações. Dessa forma, constata-se que a operacionalização da hidrovia é cerca de 70% maior quando comparado com o transporte ferroviário, que seria seu principal concorrente (CORREIA, 2017).

Em 2018, no dia 23 de novembro, foi protocolado o novo estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), agora, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), encabeçado por Helder Barbalho, na época, recém-ex-ministro da Integração Nacional e eleito à Governador do Estado do Pará. Sendo que a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins foi uma das principais apostas do seu projeto de governo.

2.2 As audiências públicas do Derrocamento do Lourenço.

Um dos processos de obtenção da licença ambiental são as audiências públicas ambientais, o momento de uma obra/atividade em que a população pode obter esclarecimentos e elucidações sobre suas características e impactos (negativos e positivos) através da apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Dessa forma, uma nova série de audiências públicas foi realizada no atual governo do Estado do Pará. No dia 02 de fevereiro de 2019, na cidade de Marabá-PA, o Secretário de Transportes, Pádua Andrade, apresentou o projeto das obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins – Pedral do Lourenço. O evento foi presidido pela Promotora de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Josélia Leontina de Barros Lopes. Sendo essa a primeira das demais que virão acontecer antes do início das obras, que tem previsão para julho de 2019.

Em um evento organizado pelas comunidades **ribeirinhas, pescadores, agricultores locais, extrativistas e produtores (as) de farinha, quebradeiras de coco babaçu, coletor (as) de castanha, moradores (as) das comunidades extrativistas tradicionais situadas no entorno do pedral do Lourenço, intitulado I Fórum Socioambiental** das Comunidades no Entorno do Pedral do Lourenço, Município de Itupiranga e Nova Ipixuna (PA), em busca de defender os direitos territoriais das comunidades tradicionais garantidos pela Convenção 169 da OIT, Constituição Federal de 1988, art. 20 e outros dispositivos legais. Neste fórum, foi construída uma carta aberta aos órgãos responsáveis pelas obras da HAT (IBAMA, DNIT e DTA Engenharia).

Uma das prioridades da carta aberta é que seja realizada uma audiência pública na comunidade da Vila Tauiry, com o IBAMA, DNIT, DTA/O'MARTIN e as lideranças locais para discutir o projeto e trazer as suas reivindicações prioritárias e imediatas.

E considerando, que pela segunda vez seremos impactados por mais um projeto, justificado com discurso de progresso e de “desenvolvimento” da Amazônia que impactará a dinâmica de nosso grande rio, os nossos territórios de pesca, os períodos de pesca, a fauna e a flora aquática, nossos locais de lazer e trabalho. Impactará ainda a dinâmica social de nossas comunidades e nosso modo de vida, e a partir do que escutamos e discutimos neste Fórum, juntamente com o IBAMA, DNIT, DTA Engenharia, com o apoio da UNIFESSPA, UFPA, EMBRAPA, Instituto UKATANA, Defensoria Pública do Estado do Pará e REPAM, reivindicamos como prioridade reunião com o Ministério Público Federal, IBAMA, DNIT, DTA/O'MARTIN e nossas lideranças para discutirmos nossas reivindicações, entre elas, as destacadas a baixo como prioritárias e imediatas:

1. Garantia de reuniões preparatórias nas comunidades ribeirinhas extrativistas: Tauiry, Santo Antonino, Distrito de Cajazeiras, Praia Alta, Volta Redonda e Vila Belém;
2. Garantia de que a Audiência Pública seja realizada na Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry;
3. Queremos que nossas pesquisas sejam reconhecidas e dispostas como peças do processo (02001.000809/2013-80) de avaliação do Estudo de Impacto Ambiental da Hidrovia Araguaia Tocantins e a ser considerada pelos analistas do IBAMA:
 - 3.1 Monitoramento Participativo da Pesca - Unifesspa
 - 3.2 Levantamento da Ictiofauna e Pesca - UFRG e Unifesspa
 - 3.3 Levantamento antropológico das Comunidades Ribeirinhas Extrativistas Santo Antonino e Tauiry – (CLAMOR DO LOURENÇO, 2019)

Contudo, as solicitações foram negadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, alegando que não haveria infraestrutura para realizar as audiências públicas na vila. Uma nova onda de audiências públicas torna a acontecer, agora para avaliar o projeto de forma fatiada, a primeira parte desse grande empreendimento, o “Derrocamento do Pedral do Lourenço”. As audiências públicas foram realizadas na primeira semana de agosto nas cidades que serão diretamente impactadas por esse projeto, Marabá, Itupiranga, Ipixuna, Tucuruí e Baião.

2.3 Procedimentos de análise

As notícias foram selecionadas ao entorno de um acontecimento específico, que possui grande relevância social para região, que é a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins (HAT), que perpassa também, o empreendimento, “Derrocamento do Pedral do Lourenço”.

TÍTULO	INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO	DATA
1) “Demora nas obras do Pedral do Lourenço afeta a economia no Pará”	G1- PARÁ	11/02/2019
2) “Audiência pública discute projetos de navegabilidade do rio Tocantins, Marabá”.	G1-PARÁ	01/10/2017
3) “Obra permite a navegação na Hidrovia Araguaia-Tocantins”.	Governo do Brasil	27/03/2016
4) “Projeto ameaça Araguaia”	(o) eco	22/04/2010
5) Ampliação da Hidrovia Araguaia Tocantins ameaça ribeirinhos	Amazônia Real	17/07/2019

Tabela 1: *Corpus* da pesquisa

Analisar o tratamento do gênero jornalístico notícia significa perceber que no mesmo instante em que ela é exposta ao público, ela é tratada de forma discursiva ao descrever o que se passou, reportar ações, analisar fatos. Processo que perpassa três principais questionamentos: quais são os princípios de seleção dos fatos? Quais são os modos de recorte midiático do espaço social? Como são identificadas as fontes?

É nesse quadro comunicacional sócio-histórico que analisaremos quem são os sujeitos do discurso, como a argumentação se inscreve, não somente na materialidade discursiva (escolha dos termos, deslizamentos semânticos, conectores, valor do implícito etc.), mas também no interdiscurso. O modo como o texto assimila a fala do outro pelas numerosas vias do discurso relatado, do discurso direto, ou da citação ao indireto livre, é primordial.

Sendo assim, faz-se necessário examinar os discursos que circulam antes ou em torno dele: a heterogeneidade constitutiva é um dos fundamentos da fala argumentativa na medida em que esta, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la. E, assim conhecer a essência do que é dito ou escrito em uma determinada sociedade sobre o tema posto em questão. Faz-se necessário, também, analisar a organização textual que determina o emprego da argumentação e a maneira como o locutor escolheu dispor os elementos de seu discurso com vistas a seu auditório.

3. ANÁLISE DO *CORPUS*

No tocante aos critérios externos, ou seja, o contexto da produção das notícias online, essas são voltados para o modo de aparição da notícia, entendemos que o texto aqui analisado se situa no domínio do acontecimento programado, por se tratar de um evento, algo anunciado antecipadamente, que está pontuado na organização e no desenvolvimento da vida social.

Questionamos, inicialmente, quem são os atores da cena discursiva. Os documentos aqui analisados pertencem a distintas instâncias de produção que possuem amplitude na região norte do Brasil, em específico, o Estado do Pará, na região de Carajás, sul e sudeste paraense.

Escolhemos duas notícias do portal G1- Pará, grande rede de comunicação, que possui amplitude nacional, e se setoriza por estados. A rede tem como auditório os internautas que acessam o portal de notícias, mais especificamente, situados no estado do Pará. Nossa terceira notícia tem como instância de produção o portal de notícias do Governo Federal do ano de 2017, “Governo do Brasil”, uma instituição oficial, que tem como seu auditório todo o povo brasileiro, que aborda de certa forma a visão do Estado a respeito do empreendimento. Os dois últimos documentos analisados são uma notícia do portal (o) Eco, uma rede de notícias independente que preza por não ter fins lucrativos, nem vinculação com partidos políticos, empresas ou qualquer tipo de grupo de interesse e, por último, uma notícia do portal Amazônia Real, uma rede de jornalistas independentes que noticiam acontecimentos sobre temas socioambientais na Amazônia.

Durante a nossa pesquisa, constatamos que três notícias possuem aspectos semelhantes em sua construção de semiotização da informação, as duas primeiras notícias, “**Demora nas obras do Pedral afeta a economia do Pará**” (2017) e “**Audiência Pública discute projeto de navegabilidade do rio Tocantins, em Marabá (2019)**” que integram o portal G1-PARÁ. A terceira notícia “**NAVEGAÇÃO PERMANENTE – Obra permitirá navegação na hidrovia Tocantins- Araguaia (2016 -2018)**” pertence a uma instância pública, as quais ressaltam aspectos positivos em relação ao empreendimento da HAT.

No lead das notícias, por exemplo, onde se encontram proposições consideradas relevantes pela instância de produção a respeito do “acontecimento bruto”, que podemos entendê-las como macroposições semânticas, encontramos na primeira notícia no lead, os seguintes tópicos: “**Há quase 10 anos, projeto para tornar o rio Tocantins navegável caminha devagar**” e “Especialistas dizem que **a demora** nas obras do Pedral **afastou investidores**,

principalmente, na região de Marabá. ”. Na segunda, “Durante a audiência, serão esclarecidos **os benefícios da obra para a economia do Estado**” e “As obras para retirada das rochas estão previstas para começar o mês de julho”. Na terceira notícia, “Remoção do Pedral do Lourenço criará nova rota para escoar produção **e estimular o desenvolvimento regional no norte do País**”.

Assim, dentro do campo das escolhas lexicais do autor da primeira notícia são apresentados os sintagmas ‘atrasos’, ‘demora’, ‘devagar’ que integram o mesmo campo semântico e fazem referência ao derrocamento do pedral. Em relação aos atrasos a expressão ‘impacto gigante’ é utilizada, referindo-se que não é somente um impacto, nem um impacto grande, é algo maior. Outra escolha lexical em relação aos argumentos positivos da construção da obra são expressões como ‘desenvolvimento econômico’. Também, a obra das eclusas de Tucuruí-Pa é relacionada ‘quase um elefante branco’ que nos remete ao desperdício de dinheiro público.

No segundo evento noticiado, do ano de 2019, trata das audiências públicas que discutirão o projeto HAT, é ressaltado que a obra trará “benefícios para economia” do Estado e trata, também, o evento do Derrocamento de forma demasiadamente simplificada, criando deslizes semânticos, interpretando o fato, simplesmente, como “**retirada das rochas**”.

A obra vai permitir a criação da hidrovia Araguaia-Tocantins, que pretende garantir transporte econômico, eficiente e sustentável. Há cerca de 10 anos o projeto para tornar o rio Tocantins navegável durante o ano todo **caminha devagar**. (“Audiência pública discute projetos de navegabilidade do rio Tocantins, Marabá”. G1-PARÁ, 01/10/2017).

Os rios do Pará, quando bem aproveitados, são um meio de **transporte econômico, eficiente e sustentável**. A hidrovia Araguaia-Tocantins, por exemplo, poderia cumprir essa função, mas há quase 10 anos um projeto para tornar o rio Tocantins navegável o ano todo **caminha devagar**, o que **atrasa o desenvolvimento econômico do estado** e ainda deixa uma obra bilionária sem utilidade.

A hidrovia é posta, assim, como alternativa sustentável para os avanços do desenvolvimento, que trazem significações, perspectivas do discurso do desenvolvimento sustentável – “desenvolver a nação sem trazer danos ao meio ambiente” – o que é totalmente inviável no atual regime socioeconômico.

Na terceira notícia, que aborda o discurso oficial a respeito do empreendimento, no caso, o Derrocamento do pedral do Lourenço, é colocado ao possível acontecimento uma perspectiva de progresso que estimulará o desenvolvimento regional ao norte do País, são explicitadas falas

do discurso político do ministro da Integração Nacional, em 2017, e agora atual governador do estado do Pará, Helder Barbalho. Em suas falas, predomina o procedimento enunciativo elocutivo, “expresso pelos pronomes pessoais em primeira pessoa, acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos que revelam a implicação do seu ponto de vista pessoal” (CHAURAUDEAU, 2013, p.174). É o que se observa no trecho: "Vamos garantir navegabilidade do rio Tocantins e com isso uma repercussão importantíssima na economia da região, gerando emprego e renda para a população”.

O enunciador levanta uma prospecção positiva ao empreendimento utilizando termos como “acelerar o desenvolvimento regional”, “permitir a implantação de um novo conceito”, “garantir a navegabilidade” e “gerar emprego e renda para a população”. Encontra-se junto a esse discurso do progresso e do desenvolvimento, apelos à novidade como nos trechos “a obra vai acelerar o desenvolvimento regional e permitir a implantação **de um novo conceito logístico**, integrando a hidrovia aos modais rodoviário e ferroviário”, “Este **é um passo extraordinário para viabilizar um novo capítulo na história desta região**. O derrocamento do Pedral do Lourenço é uma obra **fundamental** para que o Estado do Pará não seja apenas um produtor de riquezas e possa verticalizar a sua produção" (GOVERNO DO BRASIL, 2016).

Por outro lado, a análise dos dois últimos documentos dos jornais (o) eco e Amazônia Real mostra que a simbolização referencial ao empreendimento se diferencia. A notícia do portal Amazônia Real “**Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins**” inicia-se com discurso indireto que traz a fala de moradores das regiões que serão afetadas, retomando a memória da construção da UHT que trouxe danos até hoje irreparáveis aos ribeirinhos da região sul e sudeste do Pará. Ao longo da notícia é realizado um contraponto aos impactos causados pela UHT com os possíveis danos da HAT às populações que vivem às margens do rio e a todo o ecossistema local. Nessas falas são caracterizados os sujeitos que vivem nos locais que serão afetados e a sua relação com o rio e o campo como constituintes de sua existência.

“Moradores dizem que já foram impactados pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí nas atividades da pesca, lavoura e coleta de castanha”, “O rio Tocantins era um rio nosso, de caminhar e pescar. Fecharam a barragem, agora querem tirar o rio de nós”, afirma Ademar Ribeiro de Souza, presidente da Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências (APOVO), composta por populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas. (AMAZÔNIA REAL, 2019).

Historicamente, são populações que vivem da lavoura, da coleta de castanhas e da pesca. “Quando fechou a barragem, subiu a água, e as castanheiras

ficaram submersas. A maior parte das terras, das cachoeiras, das praias, foi tudo para o fundo”, rememora Ademar. (Amazônia Real)

A notícia especifica em trechos o empreendimento, onde é explicitado o processo de dragagem e do derrocamento, trazendo elementos técnicos e relatando a sua complexidade.

A dragagem é uma técnica de engenharia utilizada para remoção de materiais do solo, como sedimentos e rochas do fundo da água. Já o derrocamento consiste na retirada de material do fundo do rio não originado de assoreamento, ou seja, que naturalmente compõe o rio, usualmente pedregoso. AMAZÔNIA REAL, 2019

É lembrado também o empreendimento das Eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, destacando os custos exorbitantes da obra e de sua integração com projeto de navegabilidade do Derrocamento do Lourenço para ter por completude a navegação no rio Tocantins.

Inauguradas em 2010, aos custos de 1,6 bilhões de reais, as eclusas da Hidrelétrica do Tucuruí foram criadas para auxiliar na navegabilidade do rio, superando os 70 metros de desnível criado pela barragem. Estão, porém, subutilizadas, já que o pedral impede a navegabilidade do rio. Há grande interesse econômico na obra. Além de minérios, a hidrovia facilitaria o escoamento de grãos e produtos pecuários da região centro-oeste para o porto de Vila do Conde, no município de Barcarena (AMAZÔNIA REAL, 2019).

Em contraponto, é posta [a](#); fala de representantes da comunidade que serão atingidas e de defensores do Ministério Público.

“Querem trazer o minério do Mato Grosso para o Pará, para Barcarena. Para isso, tem que escavar 40km de pedra no Pedral do Lourenço. Tem que ser aberto 70 metros de largura, para passar os barcos”, afirma Ademar. “Os peixes estão todos lá para cima, então vai ser um impacto muito grande”.

Para a população local, a obra poderá causar grande impacto. Ademar afirma que “a escavação do canal vai atingir totalmente os bancos de areia, de praia, onde algumas espécies de peixe ainda ficam”.

[e](#)

Junto à notícia é veiculada uma foto do pedral do Lourenço, com destaque à legenda “O pedral do Lourenço pode desaparecer com a dragagem do rio Tocantins”, que traz um apelo em busca de sensibilizar o seu auditório.

A quinta notícia de título “Ameaça ao Araguaia” é do ano de 2010, período em que o empreendimento da HAT ainda estava em trâmite na comissão de Constituição e Justiça. A notícia destaca os impactos que serão causados ao rio Araguaia e seu afluente rio das Mortes.

Na notícia é destacado quem são os principais interessados no empreendimento, os chamados ‘ruralistas’, frentes parlamentares que defendem os interesses de setores agrícolas. Também são destacados os impactos que o empreendimento pode acarretar às comunidades tradicionais e à biodiversidade.

O projeto da hidrovía que ameaça de morte o Araguaia é tocado agora pelo senador Gilberto Goellner (DEM/MT), que assumiu a vaga de Pinheiro após sua morte. Um relatório favorável à proposta já foi aprovado no início de março na comissão de Agricultura do Senado, com emendas de Goellner, e fixando prazo de 90 dias para que Funai e Ibama emitissem análises sobre a iniciativa.

Entendemos que nas duas notícias são relacionados ao empreendimento sintagmas de valoração negativa que diferem das primeiras notícias analisadas, as obras são significadas como “**danosas**”, “trazer **efeitos colaterais, degradação** dos rios e mais **impulso** ao **desmatamento** do Cerrado”, “**ameaça**”, entre outros argumentos que evidenciam as problemáticas do empreendimento enquanto elemento nocivo ao meio ambiente.

Poderíamos associar o discurso jornalístico presente aqui a outros discursos, porque nenhum deles pode estar dissociado dessa prática que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Esses discursos veiculados adquirem legitimidade, quando proferidos pela mídia, pelos governantes, executivos, professores, advogados... – “[...] ninguém se deixe enganar mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 41).

Outro ponto a ser analisado, é qual o processo de semiotização que os documentos aqui destacados fazem dos rios e quais discursos circulam a respeito do mesmo. O rio é simbolizado através das vozes e dos sujeitos enquanto fonte de vida, lugar de práticas de subsistência de diversas comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, lugar de uma pluralidade de sujeitos que vivem do/no rio. Assim, o rio é compreendido enquanto lugar de sociobiodiversidade.

“Nós não entendemos muito o que eles querem fazer. A realidade é que a gente está preocupado, pois o rio Tocantins é a fonte de vida da população, todo mundo vivia da pesca, do extrativismo e da agricultura”, reflete, com

preocupação, Ademar (2019) Como MPF, não podemos deixar de ficar atentos também a essas questões, porque o empreendimento envolve não só impacto ambiental, mas social. Temos que verificar os efeitos das obras e da hidrovia na vida das comunidades, em especial as mais vulneráveis”, afirmou a procuradora. (AMAZÔNIA REAL, 2019)

Outro argumento se refere à **vocação natural do Araguaia**, que nasce em Goiás. Ele, historicamente, tem sido usado para o turismo e recreação. Isto garante a sobrevivência de milhares de famílias que vivem da atividade comercial, trabalhando em pousadas, conduzindo barcos com visitantes ou pescadores. A hidrovia daria cabo desses empregos, afinal. “O turismo, focado na pesca esportiva e na contemplação das belezas do rio seriam irremediavelmente comprometidos com a obra, contrariando planejamentos e esforços dos governos federal e estadual para fomentar o turismo na região”, disse Álvaro Coutinho dos Santos, escritor e voz ativa pela preservação do Araguaia desde 1967. (2010).

Estes dois últimos excertos diferenciam-se da orientação discursiva dos três primeiros enunciados analisados, onde os rios são interpretados enquanto potência econômica, possibilidade de transporte que visa um “desenvolvimento”, as suas potencialidades são pensadas em prol da economia, do uso da água para a indústria, agronegócio e verticalização mineral, o rio é visto como mecanismo de “integração nacional” facilitador para o mercado predatório.

3.1 Estratégias argumentativas

Considerando as estratégias de credibilidade, temos o uso de discurso direto e indireto, trazendo estratégias de testemunho de autoridade que tem o intuito de legitimar a informação. É importante salientar que a escolha da citação revela o que o autor do texto considera relevante, levando a atenção do público para um aspecto que pretende convencer, fazer crer, que o leitor tenha como primordial. A escolha das opiniões a serem expressas, das vozes a serem postas, são enviesadas nas concepções políticas e ideológicas do sujeito-enunciador.

- a. “Esse ano ainda foram feitas algumas eclusagens lá, pouquíssimas, no máximo 10, o que não significa nada para o potencial do rio e da região, então é quase zero isso, se falar que a gente pretende transportar por ali quase 20 milhões de toneladas”, **afirma Eduardo Carvalho, diretor das Empresas de Navegação Fluvial do Pará.**

Segundo Pádua³, a obra do Pedral do Lourenço parece simples, mas depende de muitos pontos para que, efetivamente, seja executada. A obra consiste basicamente em desgastar os pedrais que impedem a navegação de embarcações cargueiras durante os meses de setembro a novembro, período em que o rio fica mais raso.

“Vamos garantir navegabilidade do rio Tocantins e, com isso, uma repercussão importantíssima na economia da região, gerando emprego e renda para a população. Este é um passo extraordinário para viabilizar um novo capítulo na história desta região. O derrocamento do Pedral do Lourenço é uma obra fundamental para que o Estado do Pará não seja apenas um produtor de riquezas e possa verticalizar a sua produção”, **destacou Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional.**

“Nós não entendemos muito o que eles querem fazer. A realidade é que a gente está preocupado, pois o rio Tocantins é a fonte de vida da população, todo mundo vivia da pesca, do extrativismo e da agricultura”, **reflete, com preocupação, Ademar.**

“O canal navegável se desloca de sete a onze metros por dia e tem profundidade média de um metro. Isso é produto da grande dinâmica do rio e dos sedimentos arenosos que transporta, por causas naturais, mas também muito pelo desmatamento, que atinge perto de 60% da sua bacia”, informou Maximiliano Bayer, geólogo, pesquisador em geografia física, dinâmica fluvial e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). (o eco, 2010).

Também, são encontrados argumentos baseados em provas concretas, que buscam evidenciar a tese por meio de informações extraídas da realidade. Assim, podem ser usados dados estatísticos ou fatos notórios (de domínio público), como em “e” que terão o intuito de trazer um aprofundamento à semiotização e captação do acontecimento relatado.

3.2 Usos dos articuladores discursivos

Na primeira e segunda notícia são encontrados articuladores de conjunção, esses que ligam enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão: ‘ainda’ e ‘e’.

Ex: [...]o que atrasa o desenvolvimento econômico do estado e ainda deixa uma obra bilionária sem utilidade (G1- Pará, 2019)

De modo predominante no texto está presente o articulador de contrajunção, o qual é, em específico, o articulador, ‘mas’. O qual contrapõem enunciados de orientações

3 O Secretário de Estado de Transporte (Setran) -2019.

argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador, “mas”.

- a) A hidrovia Araguaia-Tocantins, por exemplo, poderia cumprir essa função, mas há quase 10 anos um projeto para tornar o rio Tocantins navegável o ano todo caminha devagar. (G1- Pará, 2019)
- b) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) é o órgão responsável pelasclusas, mas a operação é feita pela Eletronorte, que não informou quantas embarcações utilizaram o serviço este ano. (G1- Pará, 2019)
- c) Segunda Pádua a obra do Pedral do Lourenço Parece simples, mas depende de muitos pontos [...]

Há também a presença de ordenadores do tempo e do espaço

- d) “Durante a audiência [...]”, (G1- Pará, 2017)
- e) “Há cerca de 10 anos, o projeto para tornar o rio navegável caminha devagar”. (G1- Pará, 2017, 2019)

São perceptíveis também nesse enunciado, outros tipos de articuladores como o de Especificação/exemplificação: Ocorre quando o segundo enunciado particulariza ou exemplifica uma declaração de ordem mais geral apresentada no primeiro. Ex.: A Hidrovia Araguaia Tocantins, por exemplo, poderia cumprir essa função.

Na terceira notícia são predominantes articuladores de conjunção, há uma progressão nos argumentos trazidos na notícia.

- a) “[...] integrando a hidrovia aos modais rodoviários e ferroviários, bem como garantindo o escoamento da produção”
 - b) “Vamos garantir a navegabilidade e com isso, uma repercussão importantíssima na economia”.
 - c) A melhoria na navegabilidade também tende a favorecer a pequenas comunidades
- Na quarta notícia também são encontrados elementos que trazem essa progressão em:
- d) “a construção também pode ser danosa à fauna e a flora além de poder aumentar a incidência de malária na região[...]”.
 - e) “Além de minérios, a hidrovia facilitaria o escoamento de grãos e produtos pecuários na região”.
 - f) “[...] vai afetar também comunidades indígenas, de pelo menos quatro etnias”

Há também a presença de articuladores discursivos argumentativos de especificação e explicação como:

- a) “o projeto, licenciado pelo Ibama, governo Federal, se soma, se acumula com outros projetos locais, que estão sendo licenciados pela secretaria de Meio Ambiente do Estado, como por exemplo a Ferrovia Paraense e também de portos”
- b) “– já têm, por exemplo, dois portos da Cargill, projetados para a região de Barcarena, muito em sintonia com a expectativa do derrocamento e da dragagem do Rio Tocantins”.

Na quinta notícia predominam articuladores discursivos argumentativos de especificação e de conjunção.

- a) A proposta prevê obras como dragagens e explosões de rochas no leito dos mananciais
- b) A aprovação do projeto pode trazer efeitos colaterais, como a degradação dos rios e mais impulso ao desmatamento do Cerrado.
- c) [...]especialmente mediante a criação de novos empregos na área da agroindústria, sem contar os impactos benéficos em outros segmentos de grande potencial na região, como, por exemplo, o ecoturismo”, diz a proposta [...]
- d) Além disso, remoções de areia e explosões de rochas para tentar garantir a passagem de embarcações mudariam a velocidade e quantidade da água que o rio naturalmente transporta, [...].
- e) [...] afetando também a vida dos indígenas, a região do Bananal, onde está a maior ilha fluvial do mundo e o parque nacional do Araguaia, bem como o complexo de lagoas do Cristalino. [...]

Por fim, a partir das análises acima sistematizamo-las as nesta tabela.

Procediment o de análise	Notícia 1	Notícia 2	Notícia 3	Notícia 4	Notícia 5
Instâncias de produção	Rede de comunicação- Empresa	Rede de comunicação- Empresa	Órgão Oficial- Estado	Rede de notícias independente	Organização independente

Semiotização do empreendimento	Estimular o desenvolvimento regional; benefícios para economia do Estado.	Retirada de Pedras; Alternativa sustentável de desenvolvimento;	Acelerara o desenvolvimento regional ao norte do país; um novo conceito;	Grande impacto a sociobiodiversidade; danosas;	Ameaça; impulso ao desmatamento; Trará efeitos colaterais
Semiotização dos rios	transporte econômico e sustentável; Subutilizado em seu estado atual.	transporte econômico e sustentável; Potência econômica; uso da água para a economia.	Meio de transporte e mecanismo de integração nacional.	Fonte de vida; lugar de subsistência de diversos povos.	Enquanto lugar de sociobiodiversidade
Sujeitos dos discursos	Representantes do Estado e políticos	Representantes do Estado e políticos	Representantes do Estado e políticos	movimentos sociais; sujeitos locais e defensores	Pesquisadores; sujeitos locais.
Construção do ethos	desenvolvimentista-progressista	desenvolvimentista-progressista	desenvolvimentista-progressista	Engajado as causas socioambientais	Engajado as causas socioambientais
Uso de articuladores discursivos	Conjunção: “ainda” e “e” Contração: “mas”	Conjunção: “ainda” e “e” Contração: “mas”	Conjunção e progressão: “bem como”, “Com isso”, “Também”	Progressão: “além de”, “também”, Especificação e explicação: “Por exemplo”,	Especificação e conjunção: “Como”, “sem contar”, por exemplo”, “além disso”, “também”.

Tabela 1: Semiotização das notícias.

Dessa forma, entendemos que a construção do *ethos* discursivo das três primeiras notícias é similar, duas que fazem um pequeno recorte das mídias enquanto empresa e uma enquanto notícia oficial legitimada pela instância pública do Governo Federal. Ambas trazem um *ethos* que aqui chamo de “desenvolvimentista-progressista”, são basicamente perspectivas que argumentam a favor das favoráveis do desenvolvimento econômico para a região, o que revela um discurso em prol do desenvolvimento econômico, criando uma realidade, uma encenação sobre o desenvolvimento local ignorando a cidadania, a sociobiodiversidade, as comunidades. O que se constitui como uma verdadeira encenação com ilusões de desenvolvimento.

Enquanto as três primeiras notícias estão voltadas para o mercado, essas que representam uma empresa com os seus interesses econômicos e a outra o Estado enquanto mantenedor do atual regime socioeconômico, as duas últimas instâncias que se configuram enquanto independentes, produzem contradiscursos à perspectiva de desenvolvimento que nega

os sujeitos e os inviabiliza, construindo um *ethos* engajado com as causas socioambientais, trazendo a voz dos sujeitos que estão na linha de frente a esse discurso hegemônico do progresso.

Os resultados nos permitem identificar nas notícias analisadas a questão da argumentatividade, elemento essencial à constituição da enunciação, à estruturação dos enunciados, ao direcionamento argumentativo do texto, à possibilidade de exercer influência sobre as escolhas dos outros, e que evidencia o posicionamento ideológico dos veículos de comunicação. Como dito no início do texto, nenhum enunciado é neutro ou descontextualizado. Todo o dizer está situado em uma ideologia, em um contexto comunicacional marcado de intencionalidade. Os argumentos apresentados no formato de ‘informações’ pretendem passar a impressão de imparcialidade, munidas de discursos diretos e indiretos que buscam eximir o autor sobre a responsabilidade do dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para realização dessa pesquisa surgiu, de forma mais latente, a partir das atividades que desenvolvi no Núcleo de Educação Ambiental (NEAm - Unifesspa), onde tive a oportunidade de acompanhar e ser aluna da Profa. Dra. Cristiane Cunha, que me apresentou a comunidade de Santa Terezinha do Tauiry. Nessas visitas, pude conhecer um pouco do processo de resistência que a comunidade construiu enfrentando o empreendimento da Via Navegável do Rio Tocantins (Dragagem e Derrocamento do Pedral do Lourenço), o qual carrega este discurso hegemônico desenvolvimentista com a falácia do progresso. A partir disso, atentei mais o meu olhar para esses discursos e identifiquei na mídia local e regional certo silenciamento sobre o empreendimento e principalmente, dos processos de resistência. De forma que, quando posto à público pelas instâncias midiáticas carregavam uma perspectiva homogênea da obra.

Dessa forma, espero que essa pesquisa possibilite um olhar mais crítico sobre as mídias, principalmente como uma instância de poder capaz de influenciar e agir sobre os corpos sociais, propagando uma perspectiva dominante. No caso aqui apresentado, como contribuinte de um discurso desenvolvimentista, fortemente propagado na região que já enfrentou projetos como a UHT, a qual deixou amargas memórias e incontáveis impactos materiais e imateriais. E, assim, contribuir para a resistência dessas populações que vivem e resistem na Amazônia, e que ainda continua enfrentando a instalação desses projetos de exploração do meio ambiente e de seus sujeitos.

De forma que, faz-se necessário entender que papel do Estado, dentro do processo da instalação dos grandes projetos, é fundamental para a legitimação desses discursos como abordada nas notícias apresentadas, realizando o seu papel de mantenedora do atual sistema econômico. De tal modo, entendo também ser necessário refletir que todo poder gera resistência, os mecanismos de resistência existem, por isso acredito ser necessário abordar essas outras leituras, semiotizações de mundo, a partir de outros discursos que se configuram, muitas vezes, à margem. Sendo assim, entendo que essa pesquisa está só no início e que se faz necessário refletir sobre as mídias, o seu poder e como se organizam esses mecanismos de influência, no que tange as estratégias argumentativas em outras materialidades discursivas e também trazendo a perspectiva de outros sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE BOMFIM, P. R. (2010). **Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização** - doi 10.5216/bgg.V30i1.11191. *Boletim Goiano De Geografia*, 30(1), 13-33. <https://doi.org/10.5216/bgg.v30i1.1119>

ALMEIDA, Alivinio. **Hidrovia Tocantins-Araguaia : Importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos**. Universidade de São Paulo, 2016.

AMOSSY, Ruth. **Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recorte disciplinares**. Tradução de Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio Ferreira, *eid&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilheus, n.1. p.129-144.nov.2011.

_____, Ruth. **É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios**. ReVEL, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

BAKHTIN, M. [1979] **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____; VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929]

BENVENISTE, Émile. (1970). **O aparelho formal da enunciação**. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 81-90.

BENVENISTE, Émile. 1966. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard. 2p_COR_PR1_DELTA_29-1_MIOLO.indd 119 p_COR_PR1_DELTA_29-1_MIOLO.indd 119 3/6/2013 15:59:33 /6/2013 15:59:33 120 D.E.L.T.A., 29:1 _____. 1974. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

Brasil. **I Plano Nacional de Desenvolvimento** (1972-74). Brasília: Imprensa Oficial. 1971.

Brasil. **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (1975-79). Brasília: Imprensa Oficial. 1974.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BARONI, Daniela; ROSA, Teresa Ratti de Oliveira; MANSUR, Rosana; BACELAR, Roberta Baldo. **O Gênero textual Notícia: do jornal impresso ao on-line**. Trabalho apresentado no

GT de História da Mídia Digital, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, UFOP, Ouro Preto, MG, 30 de maio a 1ª de junho de 2013. ISSN: 2175-6945.

BRITOS, Valério C.; GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social**. Org. ALCEU - v.7 - n.13 - p. 121 a 133 - jul./dez. 2006

CEBRAC. **Análise do EIA\RIMA do Projeto hidrovía Araguaia-Tocantins**. 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso propagandista : uma tipologia**. in Machado, Ida Lucia & Mello, Renato, *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro : Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78, 2010., 2010

CHARAUDEAU, Patrick. **A argumentação em uma problemática da influência**. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. [www.revel.inf.br].

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias ; tradução Angela M. S. (Corrêa. 2. ed., 2a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.**

CHARAUDEAU, Patrick. **Une analyse sémiolinguistique du discours**. *Langages*, v. 29, n. 117, p. 96-111. Paris,1995.

CORREA-ROSADO, Leonardo Coelho.**TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: ALGUNS PRESSUPOSTOS**. Mementos. Revista de linguagens, cultura e discurso. Mestrado em Letras. ISSN 1807-9717.v. 5, n. 2 (2014)

CORREIA, I. Frazão, **O papel do discurso na legitimação do Projeto de Hidrovía Araguaia Tocantins: documentos oficiais e as notícias de jornais nacionais e internacionais em questão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -Unifesspa, ILLA, Faculdade de Estudos da Linguagem, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Inglesa, Marabá, 2017

DNIT. **Ata Audiencia Publica Hidrovía Itupiranga**. 2010.

_____. **Edital RDC Eletrônico nº 0449 / 2015-00**. 2015a.

_____. **Nota Técnica**.2015b.

DOU. **Aviso de Licitação RDC Eletrônico nº 449/2015 UASG 393003**. *Diário Oficial da União*, n. 199, p. 163, 2015.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

FARACO, Carlos Alberto. **O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica constitutiva** In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996. p. 113-126.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura F. A Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

- _____, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13ªED.(2011) p. 56-70.
São Paulo: Cortez, 2011.
- MACHADO, Ida Lucía; MENDES, Emília. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 7-20, jul. 2016. ISSN 2447-9543. Disponible en: <<https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/50>>. Fecha de acceso: 23 sep. 2019 doi:<http://dx.doi.org/10.35956/v.13.n2.2013.p.7-20>.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau**. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 4, n. 6, março de 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- _____. **Análise do discurso e a suas fronteiras**. *Revista Matruga*, Rio de Janeiro, v. 14, n.20. p. 13-37. 2007.
- _____(1987). **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.
- MIRANDA NETO, M. **O enigma amazônia: desafio ao futuro**. Belém: CEJUP, 1991. 143p. p.
- PATERNOSTRO, JÚLIO. **Viagem ao Tocantins**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, p. 349. 1945
- PICOLI, Fiorelo. **A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia** / Fiorelo Picoli. – Florianópolis : Editoria Em Debate, 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.
- SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- TAUIRY, Comunidade S.T. **Carta aberta “Clamor do Lourenção”**. Destinatários: IBAMA, DNIT, DTA Engenharia. Itupiranga (Pa), 3 e 4 de abril de 2019. Correspondência pública

SITES:

AMAZÔNIA REAL. Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaça ribeirinhos. Disponível em <<https://amazoniareal.com.br/ampliacao-da-hidrovia-araguaia-tocantins-ameaca-ribeirinhos/>> Acesso em: 10/08/2019

G1-PARÁ. Audiência Pública discute projeto de navegabilidade do Rio Tocantins, em Marabá. Belém, 11/02/2019. Disponível em<<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/02/11/audiencia-publica-discute-projeto-de-navegabilidade-do-rio-tocantins-em-maraba.ghtml>>. Acesso em: 30/05/2019.

G1-PARÁ. Demora nas obras do Pedral do Lourenço. Belém, 01/10/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/demora-nas-obras-do-pedral-do-lourenco-afetam-a-economia-no-para.ghtml>> Acesso em: 30/05/2019.

GOVERNO DO BRASIL. Obra vai garantir navegação permanente na Hidrovia Araguaia-Tocantins. Disponível em <http://mi.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/obra-vai-garantir-navegacao-permanente-na-hidrovia-tocantins-araguaia> Acesso em: 13/05/2019.

O ECO. Projeto Ameaça ao Araguaia. quinta-feira, 22 abril 2010 . Disponível em <<https://www.oeco.org.br/reportagens/23833-projeto-ameaca-araguaia/>> Acesso em: 10/08/2008.

ANEXOS

A- Demora nas obras do Pedral do Lourenço afeta a economia no Pará

Há quase 10 anos, projeto para tornar o rio Tocantins navegável caminha devagar. Especialistas dizem que a demora nas obras do Pedral afastou investidores, principalmente na região de Marabá.

Por G1 PA — Belém

01/10/2017 18h42 Atualizado há um ano



Há quase 10 anos projeto para tornar rio Tocantins navegável caminha a passos lentos

Os rios do Pará, quando bem aproveitados, são um meio de transporte econômico, eficiente e sustentável. A hidrovia Araguaia-Tocantins, por exemplo, poderia cumprir essa função, mas há quase 10 anos um projeto para tornar o rio

Tocantins navegável o ano todo caminha devagar, o que atrasa o desenvolvimento econômico do estado e ainda deixa uma obra bilionária sem utilidade.

As eclusas de Tucuruí, no sudeste do Pará, são quase um elefante branco. Desde que foram inauguradas, em 2010, ao custo de R\$ 1,6 bilhão dos cofres públicos, elas praticamente não funcionam. Em 2013, menos de 2% da sua capacidade foram utilizados.

“Esse ano ainda foram feitas algumas eclusagens lá, pouquíssimas, no máximo 10, o que não significa nada para o potencial do rio e da região, então é quase zero isso, se falar que a gente pretende transportar por ali quase 20 milhões de toneladas”, afirma Eduardo Carvalho, diretor das Empresas de Navegação Fluvial do Pará.

A função das eclusas é permitir que embarcações atravessem a barragem da usina de Tucuruí, superando o desnível de 70 metros entre o rio Tocantins e o reservatório da hidrelétrica. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) é o órgão responsável pelas eclusas, mas a operação é feita pela Eletronorte, que não informou quantas embarcações utilizaram o serviço este ano.

Segundo especialistas, as eclusas vão continuar subutilizadas enquanto não houver uma obra complementar no rio Tocantins: a remoção do Pedral do Lourenço, um conjunto de rochas ao longo de 43 km do rio, no município de Itupiranga, entre Marabá e Tucuruí. No período da seca, que pode durar até seis meses, as pedras impedem a passagem de grandes embarcações.

Em 2010, o Governo Federal fez a licitação das obras, mas o processo foi cancelado. A licitação só foi feita em 2015. A empresa vencedora vai receber do governo R\$ 560 milhões para terminar a obra até 2021.

“Entre a hidrelétrica de Tucuruí e as eclusas de Tucuruí decorreram 30 anos. Eu espero que a gente não passe mais 30 anos entre a eclusa e o Pedral”, ressaltou José Maria Mendonça, da Federação das Indústrias do Pará.

O impacto do atraso dessas obras no Pedral do Lourenço é gigante. O rio Tocantins é importante para o escoamento da produção de minério e de grãos do centro-oeste do país até os portos da região de Barcarena (PA).

Os especialistas dizem que a demora nas obras do Pedral afastou quem pretendia investir no estado, principalmente na região de Marabá. Em 2010, a mineradora Vale começou as obras de uma siderúrgica no município, o que poderia gerar mais de 20 mil empregos, mas sem garantias de que o Pedral seria removido, o projeto foi suspenso.

Empresários planejaram três shoppings, mas apenas um saiu do papel. Na rede hoteleira existem prédios abandonados ou com a obra andando devagar.

B- Audiência pública discute projeto de navegabilidade do Rio Tocantins, em Marabá

Durante a audiência, serão esclarecidos os benefícios da obra para a economia do Estado. As obras para realizar a retirada das rochas estão previstas para começar no mês de julho.

Por G1 PA — Belém

11/02/2019 13h04 Atualizado há 6 meses



Em Marabá, MP realiza audiência pública para esclarecer o projeto das obras de dragagem

O Ministério Público realiza nesta segunda-feira (11) em Marabá, sudeste do estado, a primeira audiência pública para discutir o projeto das obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins, o chamado Pedral do Lourenço. Durante a audiência, serão esclarecidos os benefícios da obra para a economia do Estado.

A obra vai permitir a criação da [hidrovia Araguaia-Tocantins](#), que pretende garantir transporte econômico, eficiente e sustentável. Há cerca de 10 anos o projeto para tornar o rio Tocantins navegável durante o ano todo caminha devagar.

O Secretário de Estado de Transporte (Setran), Pádua Andrade, vai apresentar o projeto que tem como objetivo retirar as grandes formações rochosas que impedem a navegação de embarcações cargueiras pelo rio Tocantins. As obras para realizar a retirada das rochas estão previstas para começar no mês de julho.

Segundo Pádua, a obra do Pedral do Lourenço parece simples, mas depende de muitos pontos para que, efetivamente, seja executada. A obra consiste basicamente em desgastar os pedrais que impedem a navegação de embarcações cargueiras durante os meses de setembro a novembro, período em que o rio fica mais raso.

C- Obra vai garantir navegação permanente na hidrovia Tocantins-Araguaia

[_ImprimirObra vai garantir navegação permanente na hidrovia Tocantins-Araguaia](#)

Remoção do Pedral criará nova rota para estimular o desenvolvimento no Norte do país

Por Assessoria de Comunicação

Publicação: 16/06/2016 | 16:25

Última modificação: 14/11/2018 | 13:34



Brasília/DF, 16/6/2016 - O derrocamento do Pedral do Lourenço, formação rochosa situada no rio Tocantins, no sudeste paraense, começou a se tornar realidade nesta quinta-feira (16), em Marabá (PA), com a assinatura do contrato e da ordem de serviço para elaboração dos estudos, projetos básico e executivo pelos ministros dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, e da Integração Nacional, Helder Barbalho. Ao viabilizar a navegação permanente na hidrovia Tocantins-Araguaia, a obra vai acelerar o desenvolvimento regional e permitir a implantação de um novo conceito logístico, integrando a hidrovia aos modais rodoviário e ferroviário e garantindo o escoamento da produção agrícola, pecuária e mineral, dentre outras, dos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.

"Vamos garantir navegabilidade do rio Tocantins e com isso uma repercussão importantíssima na economia da região, gerando emprego e renda para a população. Este é um passo extraordinário para viabilizar um novo capítulo na história dessa região. O derrocamento do Pedral do Lourenço é uma obra fundamental para que o estado do Pará não seja apenas um produtor de riquezas e possa verticalizar a sua produção", destacou Helder Barbalho. Já o ministro Maurício Quintella frisou a necessidade de investimentos em hidrovias.

Desenvolvimento regional

Ao abrir mais uma via regular para o escoamento da produção, a obra pode beneficiar também projetos financiados pelo Ministério da Integração, por meio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), importantes instrumentos de promoção do investimento regional no Brasil. Essas ações são desenvolvidas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

A melhoria na navegabilidade da bacia do Tocantins-Araguaia também tende a favorecer pequenas comunidades agrícolas, como a do perímetro público de irrigação Luiz Alves do Araguaia, em implantação no estado de Goiás. Esse empreendimento, instalado nas planícies de inundação do Rio Araguaia, é utilizado para a cultura de arroz, soja, milho, abóbora, melancia e outros. O projeto tem duas etapas, que já estão em produção. São 2.900 hectares, que beneficiam a população do município de São Miguel do Araguaia e utilizam irrigação aproveitando a água do Araguaia.

"Por isso, o Ministério da Integração, o Ministério dos Transportes e a bancada federal entendem ser esta uma obra prioritária e estarão atentos para que não falem recursos para sua conclusão", concluiu Helder Barbal

D- Projeto ameaça Araguaia

Aldem

Bourscheit

quinta-feira, 22 abril 2010 13:48



[Belíssimas praias de areia branca aparecem a partir de julho no leito do Araguaia. foto: Margi Moss](#)

Herança do falecido senador ruralista Jonas Pinheiro (DEM/MT), um projeto de decreto legislativo tramitando desde 2004 no Congresso ameaça o futuro do rio Araguaia e de seu afluente rio das Mortes.

A proposta prevê obras como dragagens e explosões de rochas no leito dos mananciais, no Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, para tentar transformá-los em hidrovias navegáveis durante todo o ano. As intervenções podem acontecer dentro ou à margem de terras indígenas e áreas destinadas à conservação ambiental.

A aprovação do projeto pode trazer efeitos colaterais, como a degradação dos rios e mais impulso ao desmatamento do Cerrado.

A proposta pretende facilitar o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste rumo ao porto de Itaqui, em São Luís (MA). O principal fornecedor de água pela margem esquerda do Araguaia é o rio das Mortes, onde o ex-parlamentar indica 550 quilômetros de “extensão potencialmente navegável”, de Nova Xavantina a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.

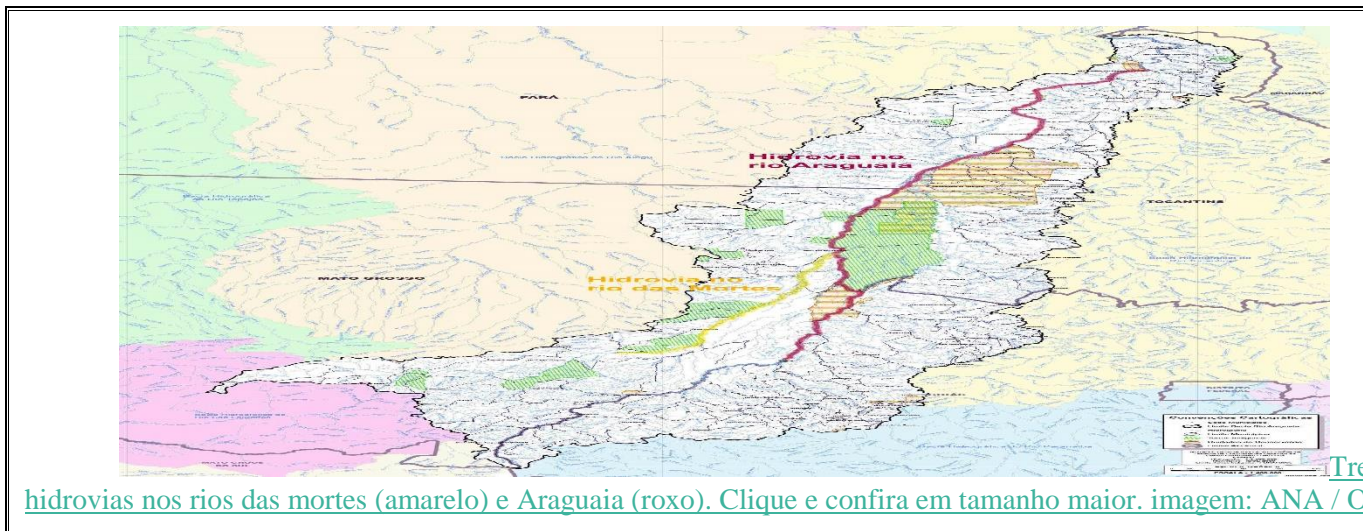
Já no Araguaia, ele aponta 1.230 quilômetros de “trechos navegáveis”, entre Aruanã, em Goiás, e Xambioá, no Tocantins. Os novos canais para escoamento de soja e carne tipo exportação ganhariam força com o asfaltamento de rodovias e ampliação da malha ferroviária entre Estreito e Imperatriz, no Maranhão, chegando ao porto através das ferrovias Norte-Sul e dos Carajás.

As estimativas levantadas à época em que o projeto chegou ao Senado eram de uma movimentação anual de aproximadamente 10 milhões de toneladas de cargas,

“induzindo a ocupação econômica e social do Cerrado, especialmente mediante a criação de novos empregos na área da agroindústria, sem contar os impactos benéficos em outros segmentos de grande potencial na região, como, por exemplo, o ecoturismo”, diz a proposta ([veja aqui](#)). Um tipo de casamento que, no Brasil, costuma acabar em divórcio.

Por afetar reservas indígenas, o complexo arranjo depende de aval do Congresso. Segundo declarações de Pinheiro, a implantação do corredor vinha sendo “obstaculizada pela interposição de ações judiciais que têm impedido até mesmo a prévia realização dos estudos e projetos indispensáveis à efetiva execução das obras de melhoramentos que permitirão a utilização das vias navegáveis em larga escala. Tais ações têm sido embasadas em pressupostos de violação dos direitos constitucionais dos índios, visto que alguns trechos dos referidos rios ‘cortam’ terras indígenas”. No alvo, estão reservas e aldeias de Xavantes, Carajás, Tapirapés e Javaés, para as quais os rios são base de sobrevivência. Os impactos das obras, todavia, têm volume ainda maior.

Inconveniência natural



[hidrovias nos rios das mortes \(amarelo\) e Araguaia \(roxo\). Clique e confira em tamanho maior. imagem: ANA / O](#)

Mudando constantemente de traçado e carregando enormes quantidades de areia em seus 2.000 quilômetros de extensão, como apontou o geógrafo Aziz Ab´Saber em *Os domínios de natureza do Brasil* (2003), o Araguaia é um rio de planície fadado a poderoso assoreamento natural, com calado para navegação em média com menos de um metro de profundidade. Na estiagem, de abril a novembro, o nível é ainda menor, chegando a cerca de sessenta centímetros. Os custos da dragagem ininterrupta para manter trechos navegáveis seriam estratosféricos.

“Há vários inconvenientes para a implantação de uma hidrovia no Araguaia. Em dez anos de pesquisas, vimos mudanças importantes no rio, que está perdendo sinuosidade e muitas ilhas. O canal navegável se desloca de sete a onze metros por dia e tem profundidade média de um metro. Isso é produto da grande dinâmica do rio e dos sedimentos arenosos que transporta, por causas naturais, mas também muito pelo desmatamento, que atinge perto de 60% da sua bacia”, informou Maximiliano Bayer,

geólogo, pesquisador em geografia física, dinâmica fluvial e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Além disso, remoções de areia e explosões de rochas para tentar garantir a passagem de embarcações mudariam a velocidade e quantidade da água que o rio naturalmente transporta, afetando também a vida dos indígenas, a região do Bananal, onde está a maior ilha fluvial do mundo e o parque nacional do Araguaia, bem como o complexo de lagoas do Cristalino. Os prejuízos ao turismo, a populações e à conservação da biodiversidade são evidentes.

“Apenas entre Aruanã e Barra do Garças, seriam necessários oito derrocamentos (explosão e retirada de rochas), provocando grandes mudanças no rio, como no transporte de sedimentos e na vida aquática, trazendo ainda mais impactos negativos ao Araguaia”, apontou Bayer.

Como O Eco mostrou em março de 2008 ([veja aqui](#)), a região das nascentes, entre Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vem sendo duramente prejudicada pela formação de imensas erosões. Desde a área próxima ao parque nacional das Emas, as chamadas voçorocas são encontradas em cerca de 5 mil quilômetros quadrados, principalmente em Mineiros e Santa Rita do Araguaia (GO), além de Alto Taquarí e Alto Araguaia (MT). As erosões levam toneladas de sedimentos para os leitos de córregos e rios que desaguam no Araguaia, e são provocadas pela insistente agropecuária em solos inadequados, associada ao desmatamento irrefreável do Cerrado.

Óleo e tartarugas

O escoamento da produção aconteceria principalmente durante a estiagem no Centro-oeste, com o nível baixo das águas, e por até 24 horas por dia, com barcaças passando a cada meia hora rio abaixo. Estudos conduzidos pela UFG e outras instituições de pesquisa em hidrovias mostram que manchas de óleo deixados na água pelas embarcações desnortearam tartarugas, fazendo-as perder as praias usadas para desova. Análises também apontaram que as obras transformariam trechos do Araguaia em “grandes lagos”, favorecendo peixes como tucunarés e piranhas, em detrimento de “grandes bagres”, como filhote e pirarara.

Outro argumento se refere à vocação natural do Araguaia, que nasce em Goiás. Ele, historicamente, tem sido usado para o turismo e recreação. Isto garante a sobrevivência de milhares de famílias que vivem da atividade comercial, trabalhando em pousadas, conduzindo barcos com visitantes ou pescadores. A hidrovia daria cabo desses empregos, afinal. “O turismo, focado na pesca esportiva e na contemplação das belezas do rio seriam irremediavelmente comprometidos com a obra, contrariando planejamentos e esforços dos governos federal e estadual para fomentar o turismo na região”, disse Álvaro Coutinho dos Santos, [escritor e voz ativa pela preservação do Araguaia desde 1967](#).

Ainda segundo ele, a hidrovia Araguaia/rio das Mortes pode ser evitada com investimentos em outros modais de transporte. Uma alternativa é ampliar a malha da ferrovia Norte-Sul no sudoeste goiano, mais positiva dos pontos de vista econômico e ambiental. “Ela (ferrovia) resolverá a questão da redução no preço dos fretes, principal argumento usado para a hidrovia do Araguaia”, comentou. Também é possível investir na duplicação das BR-153, entre Anápolis e Porangatu, e BR-060, entre Goiânia e Jataí.

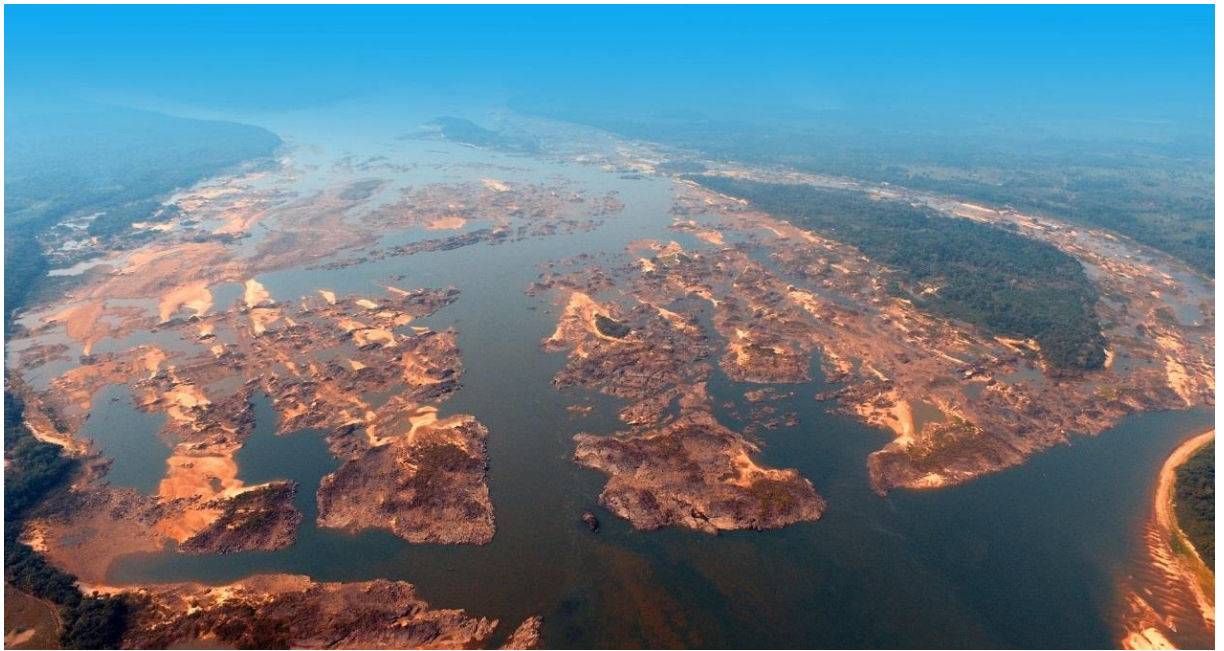
Conforme Bayer, da UFG, o melhor caminho é respeitar e fazer uso econômico das características naturais dos rios. “Deveriam ser respeitadas as vocações das distintas regiões hidrográficas do Brasil, já descritas em planos estratégicos oficiais de recursos hídricos para cada bacia. No caso do Araguaia, a melhor opção é deixar o rio como ele está”, ressaltou.

Tramitação

O projeto da hidrovía que ameaça de morte o Araguaia é tocado agora pelo senador Gilberto Goellner (DEM/MT), que assumiu a vaga de Pinheiro após sua morte. Um relatório favorável à proposta já foi aprovado no início de março na comissão de Agricultura do Senado, com emendas de Goellner, e fixando prazo de 90 dias para que Funai e Ibama emitissem análises sobre a iniciativa.

O texto tramita agora na comissão de Constituição e Justiça, onde o relator é o senador Marconi Perillo (PSDB/GO), que não respondeu aos pedidos de entrevista. Ele é candidato ao governo de Goiás, estado que comandou em 2004, quando se posicionou cotariamente à hidrovía. O mote de sua nova campanha é “Volta!”... O projeto ainda passará por outras duas comissões antes de chegar ao plenário do Senado. Se avançar tanto, dependerá em seguida da aprovação da Câmara dos Deputados.

E- Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaça ribeirinhos



Por: [Fábio Zuker](#) | 17/07/2019 às 19:15

Moradores dizem que já foram impactados pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí nas atividades da pesca, lavoura e coleta de castanha. A fotografia mostra o pedral do Lourenço no rio Tocantins (Agência Pará)

No sudeste do Pará a ampliação de uma via navegável no rio Tocantins, entre os municípios de Marabá e Baião, vem gerando grande apreensão entre as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas da região. Já afetadas pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984, populações que dependem da pesca para a sobrevivência temem que o pouco peixe que sobrou no rio venha a desaparecer com as obras necessárias para aumentar os trechos navegáveis do rio Tocantins. As construções podem também ser danosas à flora e fauna, além de poder aumentar a incidência de malária na região, segundo o Relatório de Impacto Ambiental da obra.

“O rio Tocantins era um rio nosso, de caminhar e pescar. Fecharam a barragem, agora querem tirar o rio de nós”, afirma Ademar Ribeiro de Souza, presidente da Associação das

Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências (APOVO), composta por populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

Historicamente, são populações que vivem da lavoura, da coleta de castanhas e da pesca. “Quando fechou a barragem, subiu a água, e as castanheiras ficaram submersas. A maior parte das terras, das cachoeiras, das praias, foi tudo para o fundo”, rememora Ademar.

“Por conta da barragem (de Tucuruí), os lagos, que eram cobertos por águas, a água não chega mais. A água enchia o lago e trazia larvas, trazia o peixe graúdo. Agora, como a água não chega mais, o peixe não reproduz lá”, continua Ademar Ribeiro de Souza.

Muitos peixes desapareceram. Ele diz que, com a barragem “a água parou, e o peixe que era de água corrente nós perdemos: jaraqui, mapará, jatuarana-bocura, pacu-manteiga, surubim, chicote... nós perdemos muitas espécies”.



Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Foto: Pedrosa Neto/Amazônia Real)

Ademar Ribeiro de Souza vive à jusante da barragem, ou seja, seguindo o fluxo do rio em direção ao oceano, localidade muito afetada pelo fechamento das comportas da barragem. Ele diz que, em tempo de seca, provoca a morte de larvas, peixes pequenos e até mesmo graúdos.

Convocadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram realizadas cinco audiências públicas nos primeiros dias de julho, nas cidades de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Tucuruí e Baião – todas no Estado do Pará.

Na audiência pública realizada na cidade de Baião, no dia 05 de julho, parte dos presentes se retirou, por não concordarem com a obra e o impacto socioambiental que causará para a região. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o Ibama considera essas audiências como parte do processo de consulta às populações afetadas, o que não é consenso.

“Nós não entendemos muito o que eles querem fazer. A realidade é que a gente está preocupado, pois o rio Tocantins é a fonte de vida da população, todo mundo vivia da pesca, do extrativismo e da agricultura”, reflete, com preocupação, Ademar.

Cícero Saraiva Valentim é representante da APOVO e morador da comunidade Altamira 7, às margens do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no município de Jacundá. No vídeo pescadores contam seus receios quanto à obra da hidrovía e projetam os impactos que deverão ter em suas vidas.

Entenda a obra

As obras previstas para o rio Tocantins têm como objetivo torná-lo navegável todo o ano em trechos onde hoje ele não é. Envolve processos de dragagem e derrocamento, em trechos tanto a montante quanto à jusante do reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental da obra, o empreendimento é dividido em três trechos: a) entre os municípios de Marabá e Itupiranga (52 km de dragagem); b) entre Santa Terezinha do Tauiri e a Ilha de Bogéa (derrocamento ao longo de 35km); c) entre os municípios de Tucuruí e Baião (dragagem ao redor de 125 km).

A dragagem é uma técnica de engenharia utilizada para remoção de materiais do solo, como sedimentos e rochas do fundo da água. Já o derrocamento consiste na retirada de material do fundo do rio não originado de assoreamento, ou seja, que naturalmente compõe o rio, usualmente pedregoso.

Em 2015, [o Tribunal de Contas da União \(TCU\) realizou uma auditoria no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes \(DNIT\)](#), relativa à contratação das obras para aumentar a navegabilidade do rio Tocantins. A auditoria constatou falhas quanto ao detalhamento do custo global da obra e pesquisa de mercado, e o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) decidiu anular a licitação. A nova licitação foi vencida pela DTA Engenharia Ltda, que apresentou orçamento no valor de R\$560 milhões para realização da obra.

Um dos pontos que mais preocupa a população é a implosão do chamado Pedral do Lourenço, ou Pedral do Lourenção, como a ele se referem alguns dos pescadores. As formações

rochosas, localizadas no município de Itupiranga, entre Marabá e Tucuruí, possuem 43 km de extensão e impedem a navegabilidade do rio. Sua implosão, permitiria a criação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

[Inauguradas em 2010, aos custos de 1,6 bilhões de reais](#), as eclusas da Hidrelétrica do Tucuruí foram criadas para auxiliar na navegabilidade do rio, superando os 70 metros de desnível criado pela barragem. Estão, porém, subutilizadas, já que o pedral impede a navegabilidade do rio. Há grande interesse econômico na obra. Além de minérios, a hidrovia facilitaria o escoamento de grãos e produtos pecuários da região centro-oeste para o porto de Vila do Conde, no município de Barcarena.

“Querem trazer o minério do Mato Grosso para o Pará, para Barcarena. Para isso, tem que escavar 40km de pedra no Pedral do Lourenço. Tem que ser aberto 70 metros de largura, para passar os barcos”, afirma Ademar. “Os peixes estão todos lá para cima, então vai ser um impacto muito grande”.

Para a população local, a obra poderá causar grande impacto. Ademar afirma que “a escavação do canal vai atingir totalmente os bancos de areia, de praia, onde algumas espécies de peixe ainda ficam”.

“Essas espécies de peixe vão embora. Quando eles falam, eles falam que o impacto vai ser passageiro. Que vai ser rápido. Mas essa rapidez aí, ela consegue devastar e nunca mais ser como era. Na época da barragem [de Tucuruí] foi rápido, quando fecharam o impacto foi rápido, mas ele deixou uma sequela para sempre”, diz ele.

Para Erina Gomes, do Conselho Pastoral dos Pescadores, “o projeto, licenciado pelo Ibama, governo Federal, se soma, se acumula com outros projetos locais, que estão sendo licenciados pela secretaria de Meio Ambiente do Estado, como por exemplo a Ferrovia Paraense e também de portos – já têm, por exemplo, dois portos da Cargill, projetados para a região de Barcarena, muito em sintonia com a expectativa do derrocamento e da dragagem do Rio Tocantins”.



Pedral do Lourenço pode desaparecer com a dragagem do rio Tocantins (Foto: Agência Pará)

Erina aponta para a necessidade de se olhar para os empreendimentos em seu conjunto e “considerar os impactos cumulativos destes empreendimentos”. A preocupação da advogada em compreender esse processo e como eles se coordenam implica também levar em consideração as populações de pescadores artesanais, na região de Barcarena, cujos direitos como populações tradicionais “têm sido silenciado durante anos”.

“É um problema histórico, estrutural, que temos nos processos de licenciamento ambiental no Brasil hoje. Essa negação por parte dos empreendimentos e do governo em reconhecer os pescadores artesanais como sujeitos diferenciados, como comunidades tradicionais”, reflete Erina.

“A região acima de Baião é onde se concentra uma grande parte dos território quilombolas do Estado do Pará, além das comunidades que vivem da atividade pesqueira” continua a advogada. “Esse projeto da Hidrovia, do derrocamento e da dragagem do rio Tocantins, vai afetar também comunidades indígenas, de pelo menos quatro etnias”, conclui.

O que diz o Ministério Público Federal?



Cerimônia de políticos para fazer o estudo em Itupiranga, no Pará
(Foto: Alberto Ruy/MT)

A procuradora da República em Tucuruí, Nicole Campos Costa, disse que, em um parecer do órgão, “foram feitos questionamentos que julgo importantes: extensão do que eles chamam de ‘alterações hidro sedimentares do canal’ (o que pode incluir processo erosivo); questões relacionadas à malária, diagnóstico da flora, etc.”. O parecer técnico, segundo ela, é referente ao termo de referência do Ibama para o estudo e relatório de impacto ambiental do licenciamento da obra.

“Como MPF, não podemos deixar de ficar atentos também à essas questões, porque o empreendimento envolve não só impacto ambiental, mas social. Temos que verificar os efeitos das obras e da hidrovia na vida das comunidades, em especial as mais vulneráveis”, afirmou a procuradora.

Nicole Costa disse ainda que o MPF estuda um diálogo com o Ministério Público Estadual para elaborar uma “análise técnica dos peritos do Ministério Público sobre o EIA RIMA [Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental] do empreendimento”.

Existe também dúvida quanto à aplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), quanto às populações de pescadores. Segundo a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, as populações devem ser consultadas quanto a projetos de desenvolvimentos a serem realizados em seus territórios.

Para a procuradora, o entendimento do MPF é que a convenção 169 se aplica também a essas comunidades. “O Ibama alegou na audiência em Tucuruí que essas audiências já cumprem o papel de consulta livre, prévia e informada. É um ponto a ser analisado, inclusive temos que avaliar o alcance da publicidade dessas audiências, se chegou até as comunidades mais afastadas”, afirmou.

Como o empreendimento poderá afetar diversos municípios, o acompanhamento envolve também a Procuradoria da República no Município de Marabá e a Procuradoria da República do Pará.

A empresa DTA Engenharia Ltda. foi procurada pela agência **Amazônia Real**, mas não se pronunciou até a publicação desta matéria.
